



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MULHERES DA AROEIRA E O TRABALHO ASSOCIADO: AÇÕES ORGANIZATIVAS DE
EXTRATIVISTAS EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS**

KLECIANE NUNES MACIEL

Araras-SP

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MULHERES DA AROEIRA E O TRABALHO ASSOCIADO: AÇÕES ORGANIZATIVAS DE
EXTRATIVISTAS EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS**

KLECIANE NUNES MACIEL

ORIENTADORA: PROF. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO
CO-ORIENTADOR: PROF. Dr. LUCIANO CELSO BRANDÃO GUERREIRO BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL.

Araras-SP

2020

Maciel, Kleciane Nunes

Mulheres da aroeira e o trabalho associado: ações organizativas de extrativistas em Piaçabuçu, Alagoas / Kleciane Nunes Maciel -- 2020. 101f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientadora: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Coorientador: Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Banca Examinadora: Cícero Ferreira de Albuquerque,

Adriana Estela Sanjuan Montebello

Bibliografia

1. Mulheres rurais e trabalho associado. 2. Extrativismo da aroeira rosa. 3. Associativismo. I. Maciel, Kleciane Nunes.

II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8

7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Kleciane Nunes Maciel, realizada em 19/06/2020.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UFSCar)

Prof. Dr. Cícero Ferreira de Albuquerque (UFAL)

Profa. Dr a. Adriana Estela Sanjuan Montebello (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Dedico este trabalho a minha avó materna Marina “in Memoriam”, que lembra minhas raízes no rural, minha mãe Maria Das Dôres e minhas irmãs Cleuma e Claudia, por representarem, cada uma em sua geração e modos de vida tão distintos, um exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força espiritual nessa trajetória, que não só faz parte de uma etapa acadêmica, pois espero que o conhecimento adquirido possa de alguma forma ser retribuído e contribua para nossa sociedade.

Expresso o meu enorme agradecimento a minha orientadora Sonia Bergamasco e ao meu co-orientador Luciano Barbosa por influenciarem tanto esse percurso, por todo o apoio e orientação.

Agradeço a minha amada família: meus pais, minhas irmãs e sobrinhas que na distância compreenderam e suportaram minha ausência.

Em especial, agradeço ao meu companheiro Wythano Alves por toda a parceria, o carinho, o apoio moral e todo o suporte necessário para realização dessa conquista, da qual também faz parte.

À Daniele Viturino pela amizade, pelo nosso convívio, por estar comigo nos momentos mais difíceis e também por todas nossas aventuras e momentos inesquecíveis que compartilhamos em Araras, SP.

À Professora Tatiana Brandão, Danessa Rafaela e Rayane Oliveira pela amizade e valiosa colaboração na pesquisa.

Aos colegas e amigos da turma PPGADR 2018 e da Ufscar pelos debates e momentos de entretenimento tão fundamentais.

Aos técnicos da Ufscar Araras por todo o apoio e professores do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) pelos valiosos ensinamentos.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 e ao PPGADR.

Agradeço por fim, as Mulheres da “Associação Aroeira” por me receberem tão bem, revelarem sua intimidade e estarem sempre dispostas junto ao técnico e diretoria da Associação para contribuir com esse estudo e com a ciência.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2. QUESTÕES TEÓRICAS QUE ORIENTARAM A PESQUISA | 16 |
| 2.1. MULHERES RURAIS, MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES..... | 16 |
| 2.1.1. Os movimentos sociais e as políticas públicas para as mulheres rurais | 22 |
| 2.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, MULHERES E ASSOCIATIVISMO RURAL | 25 |
| 2.2.1. Organização social e a mobilização de capital social..... | 25 |
| 2.2.2. Associativismo rural e organização socioprodutiva..... | 28 |
| 2.2.3. Trabalho Associado e Mulheres Rurais | 32 |
| 3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA..... | 37 |
| 3.1. SUJEITOS E LÓCUS DA PESQUISA | 37 |
| 3.2. DELINEAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA | 38 |
| 3.3. COLETA DE DADOS..... | 41 |
| 3.3.1. Observação direta..... | 41 |
| 3.3.2. Entrevistas Semiestruturadas..... | 42 |
| 3.3.3. Pesquisa Documental | 45 |
| 3.4. ANÁLISE DOS DADOS..... | 46 |
| 4. DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA | 46 |
| 4.1. A COMUNIDADE EXTRATIVISTA DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU E O “PROJETO AROEIRA” | 47 |
| 4.2. HISTÓRICO DA “ASSOCIAÇÃO AROEIRA” | 50 |
| 4.3. AS MULHERES EXTRATIVISTAS DA AROEIRA..... | 58 |
| 4.4. ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO ASSOCIADO NA “ASSOCIAÇÃO AROEIRA”..... | 70 |
| 4.4.1. Capacidade associativa e de autogestão das mulheres extrativista..... | 71 |
| 4.4.2. Cooperação e formação de capital social no extrativismo da aroeira.... | 74 |
| 4.5. CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO FEMININO: ALÉM DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA..... | 79 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 87 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 92 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----------|
| Figura 1: Município de Piaçabuçu, Alagoas, 2019..... | 38 |
| Figura 2: Localização geográfica do Município Piaçabuçu no Território do Baixo São Francisco, Alagoas, Brasil, 2019. | 47 |
| Figura 3: Árvore e fruto da Aroeira-vermelha (<i>Schinus terebinthifolium raddi</i>), Piaçabuçu, Alagoas, 2019..... | 49 |
| Figura 4: Sede da Associação Aroeira e Unidade de Beneficiamento artesanal da pimenta rosa, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 53 |
| Figura 5: Curso de chefes de ecocozinhas do “Projeto Ecocozinhar” para as mulheres associadas, Associação Aroeira, Alagoas, 2019 | 57 |
| Figura 6: Outros produtos extrativistas das Matas ciliares do Rio São Francisco, Piaçabuçu, Alagoas, 2019..... | 61 |
| Figura 7. Coleta extrativista da pimenta rosa em Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 62 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 3: Distribuição das mulheres extrativistas associadas quanto ao nível de escolaridade, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 58 |
| Tabela 2: Distribuição das mulheres extrativistas associadas, em função da origem e da sua autodenominação, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 59 |
| Tabela 3: Distribuição das mulheres extrativistas associadas de acordo as razões que orientaram a realização do extrativismo da pimenta rosa, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 64 |
| Tabela 4: Distribuição das mulheres extrativistas associadas quanto ao conhecimento sobre a atividade extrativista da pimenta rosa, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 65 |
| Tabela 5: Distribuição das mulheres extrativistas associadas quanto ao período de tempo que realizam a coleta extrativista de pimenta rosa, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 65 |
| Tabela 6: Distribuição das mulheres extrativistas associadas por faixa de renda, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 68 |
| Tabela 7: Nível de renda total da família e a participação das mulheres extrativistas associadas na renda familiar total, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 69 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Caracterização das sujeitas participantes das entrevistas e seus respectivos cargos na “Associação Aroeira”, em Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 44 |
| Quadro 2: Estratégias do “Projeto Aroeira” para gestão da cadeia produtiva da pimenta rosa, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 51 |
| Quadro 3: Descrição dos projetos socioambientais e de geração de renda desenvolvidos pela “Associação Aroeira”, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 56 |
| Quadro 4: Outros produtos extrativistas e sua orientação econômica, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 60 |
| Quadro 5: Quadro matricial sobre Cooperação no grupo extrativista organizado pela Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 76 |
| Quadro 6: Quadro matricial sobre a inserção profissional das mulheres extrativistas associadas, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 80 |
| Quadro 7: Quadro matricial sobre a independência financeira das mulheres extrativistas associadas, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019. | 84 |

MULHERES DA AROEIRA E O TRABALHO ASSOCIADO: AÇÕES ORGANIZATIVAS DE EXTRATIVISTAS EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS

Autor: Kleciane Nunes Maciel

Orientador: Prof. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Co-orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo geral identificar as ações organizativas e as estratégias de reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” no município de Piaçabuçu, Alagoas, no contexto do trabalho associado. Trata-se de um estudo de caso, caracterizado com uma pesquisa exploratória e descritiva, cuja abordagem utilizada é a quali-quantitativa. O caminho metodológico se baseou na entrevista semiestruturada, pesquisa documental e observação direta e os dados coletados foram analisados prioritariamente a partir da análise qualitativa. Os resultados desta investigação indicam que a organização social das mulheres extrativistas foi fundamental para a construção de um sistema socioprodutivo autogerido, que por sua vez, ainda possui problemas inerentes à autogestão que devem ser superadas para o alcance de maiores níveis de cooperativismo e fortalecimento organizacional. Todavia, o trabalho associado apresenta-se como uma estratégia para a reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” expandindo as oportunidades de trabalho e geração de renda, fomentando principalmente o maior engajamento social, a conquista de ganhos de autoestima, a independência financeira e a autonomia das mulheres. Portanto, conclui-se que o associativismo possibilitou a satisfação de necessidades inerentes às condições de vida das mulheres rurais tão importantes quanto à melhoria do nível de renda e condições econômicas. A prática ecológica do extrativismo da aroeira e o acúmulo de conhecimento da atividade extrativista na região possibilitaram ainda que estas mulheres estejam imersas em um ambiente que lhes gere uma situação de maior sustentabilidade. Este fator é essencial para conservação da biodiversidade local e estruturante ao sistema socioprodutivo adotado.

Palavras-chave: Mulheres rurais e trabalho associado; associativismo; extrativismo sustentável; Mulheres da Aroeira.

WOMEN FROM AROEIRA AND THE ASSOCIATED WORK: ORGANIZATIONAL ACTIONS OF EXTRACTIVIM IN PIAÇABUÇU, ALAGOAS.

Author: Kleciane Nunes Maciel

Adviser: Prof. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Co-adviser: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

ABSTRACT

The present dissertation had as general objective to identify the actions of women's organizational strategies and socioeconomic reproduction strategies of the "Associação Aroeira" in the municipality of Piaçabuçu, Alagoas, in the context of associated work. It is a study case, characterized with an exploratory and descriptive research, whose approach used is the quali-quantitative. The methodological path was based on the semi-structured interview, documentary research and direct observation. The data collected were analyzed primarily from the qualitative analysis. The results of this investigation indicate that the social organization of women extractivists was fundamental for the construction of a self-managed scio-productive system, which in turn, still has problems inherent to self-management that must be overcome to reach higher levels of cooperativism and strengthening organizational. However, associated work presents itself as a strategy for the socioeconomic reproduction of extractivist women in the "Associação Aroeira" expanding job opportunities and creation of income, mainly promoting greater social engagement, the achievement of gains in they self-esteem, financial independence and the autonomy of women. Therefore, it is concluded that associativism enabled the satisfaction of needs inherent in the living conditions of rural women so important regarding the improvement of the income level and economic conditions. The practice ecological aspects of the extraction of aroeira and the accumulation of knowledge of the activity in the region have also made it possible for these women to be immersed in an environment that generates a situation of greater sustainability. This one factor is essential for conserving local biodiversity and structuring the adopted socio-productive system.

Keywords: Rural women and associated work; associativism; extraction of pink pepper; women from Aroeira.

1. INTRODUÇÃO

O associativismo será debatido ao longo deste trabalho, mas para favorecer o entendimento inicial do texto é importante ressaltar que de maneira geral, trata-se da organização social de pessoas com interesses compartilhados que se movem juntos em uma ação coletiva, onde “a ação coletiva deve ser apreendida como uma construção social, na qual os diferentes atores estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais” (HESPANHOL, 2007, p.156) e, portanto, as expectativas que as pessoas têm em se associar certamente estão na possibilidade de concretizar interesses comuns a partir da ajuda mútua e atitudes cooperativas.

Normalmente, o associativismo está atrelado a busca de realizações individuais a partir de ações coletivas. Para Cotrin (2018) é uma forma de união pela qual a sociedade se organiza para solucionar problemas e superar dificuldades do dia a dia e para Leonello (2010), constitui-se em uma exigência histórica na busca de melhoria da qualidade da existência humana, onde os indivíduos de um determinado local buscam melhorar suas condições de vida e neste espaço de troca de experiências criam condições para seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, as principais contribuições do associativismo consistem na construção de requisitos que favorecem uma sociedade mais democrática. Isto é, favorecem a superação dos entraves à participação efetiva dos indivíduos e uma sociedade com menos injustiças. Corroborando com este entendimento, Ganança (2006) e Luchmann (2014) esclarecem que o associativismo teve sua importância mais enfatizada nos estudos de Alexis de Tocqueville (1998), dos quais resultaram as análises das contribuições das associações para o fortalecimento da democracia. Vários outros estudos e debates realizados sobre o papel do associativismo em estabelecer requisitos necessários a uma sociedade mais democrática foram citados por Luchmann (2010, p.162):

[...] pela capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos (Cohen, 1999); pelo caráter pedagógico da promoção de virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público (Putnam, 1996); por denunciar as relações de poder; ou, ainda, por promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas (Fung, 2003).

No rural, estas experiências associativas fazem parte de um projeto de organização social dos diversos atores rurais (agricultores e agricultoras,

extrativistas, pescadores, povos tracionais e etc.), onde eles, enquanto grupo buscam meios de se desenvolverem, seja a partir da organização da produção em grupos produtivos ou na comercialização coletiva, seja na representação político e institucional. Posto que, as experiências associativas foram avaliadas principalmente no contexto rural, como estruturas organizativas de sociabilidade e reciprocidade (SABOURIN; MILANI, 2009; SABOURIN, 2007; 2014; 2015) ou ainda na perspectiva territorial por França Filho (2002; 2003) como instrumento de ações integradas para o desenvolvimento rural.

Uma das principais funções do processo de organização social no rural, na perspectiva de Sabourin (1999), se dá pela possibilidade de representatividade e posicionamento político e institucional dos produtores familiares em matérias importantes, por exemplo, em questões como o desenvolvimento local e regional.

Na perspectiva de gênero, tais percepções ajudam a compreender o papel do associativismo no enfrentamento e na superação de desigualdades socialmente e culturalmente construídas, que afetam em grande medida as mulheres rurais. Isto porque os espaços de inserção das mulheres rurais, principalmente em grupos produtivos organizados, viabilizam os questionamentos da invisibilidade política, social e econômica em que elas estão imersas, constitui espaços que propicia a denúncia e enfrentamento das desigualdades estruturantes (direitos sociais, bens e serviços) e das desigualdades culturais (divisão sexual do trabalho, violência sexista), sendo assim, um caminho para a democratização do meio rural (Bruno, 2011).

De acordo com Bruna Vasconcellos (2015) a literatura sobre gênero e trabalho associado, apesar de ainda ser incipiente evidência que o trabalho associado é uma forma através da qual “[...] as mulheres se fortalecem como sujeitos políticos e ampliam os espaços organizativos para gerar uma série de debates sobre a condição das mulheres rurais”, assim como é unânime nas referências “[...] o processo de empoderamento, autodeterminação e ampliação da autonomia das mulheres, invariavelmente citadas como conquistas obtidas a partir dessa experiência” (VASCONCELLOS, 2015, p.358).

A referida autora corrobora dizendo que os trabalhos que estão surgindo crescentemente nos últimos anos, principalmente estudos de casos, são majoritariamente de dissertações, teses e relatos de experiências organizados por

entidades de fomento que objetivaram analisar as relações de gênero perante as experiências do trabalho associado e vem contribuindo para ampliar esse debate.

A partir desta problemática, nos interessa analisar as ações organizativas e as estratégias de reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira”. O lócus da pesquisa é a “Associação Aroeira”, um empreendimento de autogestão, criado em 2011, no município de Piaçabuçu, Alagoas. Neste espaço geográfico encontram-se as áreas extrativistas de aroeira-rosa¹, localizadas em vegetação natural da Mata Atlântica e mantidas em áreas de conservação da Biosfera da Mata Atlântica alagoana no município de Piaçabuçu. Nesta localidade vivem comunidades rurais que detêm uma lógica reprodutiva de múltiplas atividades para sua subsistência, a maioria delas sazonais, que se complementam, como o extrativismo vegetal (aroeira-rosa, outras sementes, espécies frutíferas, ervas e raízes), a pesca e a agricultura de subsistência.

Apesar de outros trabalhos já terem sido realizados com a comunidade extrativista da aroeira, pouquíssimos trabalhos teve o enfoque de gênero na análise do trabalho associado e nas transformações socioeconômicas vivenciadas pelo grupo de mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira”, ainda que as mulheres sejam historicamente apontadas localmente como as principais protagonistas na atividade.

Em 2018 inicio essa discussão, ainda que de forma exploratória, no estudo de caso realizado na construção da monografia (MACIEL, 2018)² e a pesquisa de Paula Carvalho (2019) ainda que não tenha como objetivo principal, ao analisar as transformações na qualidade de vida dos associados à luz do “extrativismo sustentável e da economia solidária” pincela algumas questões de gênero identificadas no estudo. Já os trabalhos de Oliveira (2016) e Elisa Mombelli (2019), que partiram de outro ângulo, analisaram o “Projeto Aroeira”, à luz da teoria da “tecnologia social e a formação de capital social” e da “inovação social e os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)” respectivamente, não abordando especificamente, a questão de gênero analisada nesta dissertação.

¹ São áreas formadas naturalmente da espécie vegetal *Schinus terebinthifolium raddi*, árvore popularmente conhecida como Aroeira-rosa ou aroeira-vermelha nativa da Mata Atlântica e mantidas nas matas ciliares do Rio São Francisco e nos porções remanescentes da Mata Atlântica em Alagoas.

² MACIEL, K. N. Inserção produtiva das mulheres rurais: dinâmica socioprodutiva das mulheres extrativistas da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas. 55f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

A proposta inicial dessa pesquisa baseou-se na hipótese de que o associativismo se constitui uma estratégia importante para reinserção social e econômica das mulheres, de forma que o trabalho associado potencializa suas condições produtivas e a geração de renda, que são apropriadas por elas. A renda contribui para melhoria nas condições materiais, ao tempo que, o espaço de socialização e de maior experiência social, igualmente favorece a construção de conhecimento, o fortalecimento social, a autonomia e os ganhos de poder das mulheres, abrindo assim espaço para que conquistem melhores condições de vida e de trabalho.

Posto isto, esta pesquisa se propõe, por meio de estudo de caso, identificar as ações organizativas e as estratégias de reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” no contexto do trabalho associado. São quatro os objetivos específicos que orientam a pesquisa: 1) Identificar como ocorreu a organização social e inserção profissional das mulheres na “Associação Aroeira”; 2) Verificar e descrever o sistema de beneficiamento e os canais de comercialização adotados na cadeia produtiva de pimenta rosa da Associação Aroeira; 3) Caracterizar a situação social e econômica das mulheres associadas verificando se houve melhoria de suas condições de vida; e 4) Verificar as práticas extrativistas e os processos produtivos adotados que contribuem para o extrativismo sustentável e conservação da biodiversidade local.

Tendo em vista, o objetivo do estudo, estruturei a presente dissertação em cinco capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução, orientada à apresentação geral do tema, a problematização e motivações da pesquisa. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, a partir de uma abordagem interdisciplinar sobre a literatura que orientou as análises do estudo. O terceiro capítulo detalha a trajetória metodológica e as fontes de dados utilizados na pesquisa. Os resultados e discussão são apresentados no quarto capítulo e por fim, as considerações finais sobre as principais contribuições do presente estudo são apresentadas no quinto capítulo.

2. QUESTÕES TEÓRICAS QUE ORIENTARAM A PESQUISA

Neste capítulo serão abordadas as questões que nortearam esse trabalho e que para tanto foram divididas em dois subcapítulos, intitulados: “Mulheres rurais, movimento social e políticas públicas para mulheres” e “Organização social, mulheres e associativismo rural”. As questões expostas fazem referência, a partir de diversos autores e visões interdisciplinares, os seguintes temas: Gênero e mulheres rurais; mulheres rurais extrativistas; organização social e formação de capital social, associativismo rural e economia solidária. Também tecemos algumas considerações sobre as experiências das mulheres rurais e o trabalho associado.

Estes tópicos buscam propor uma breve análise sobre as mulheres no contexto rural e atender uma contextualização sobre a organização social no rural e as experiências das mulheres com o trabalho associado, para assim dar suporte ao entendimento sobre as mulheres rurais extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira” em Piaçabuçu, Alagoas. E, portanto, a discussão desses temas tem por finalidade propiciar um entendimento das questões que envolvem as análises dos resultados da pesquisa e que serão apresentadas mais a frente.

2.1. MULHERES RURAIS, MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

As mulheres rurais extrativistas, sujeitas desse estudo fazem parte de uma categoria muito ampla, que é a categoria “Mulheres Rurais”. Esta categoria social aglutina um grande grupo de atores que vivem nas áreas rurais e que possuem perfis socioculturais e econômicos muito heterogêneos, assim como seus modos de vida e sua relação com a natureza. Na definição do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2019, p.11) as mulheres rurais “[...] referem-se às mulheres que vivem no campo e reflete a pluralidade e a definição de um espaço geográfico que compreende a variedade de territórios rurais e a relação com um ambiente associado aos recursos naturais (terra, água, florestas etc.)”.

Estas mulheres manifestam-se, conforme Nobre e Hora (2017) de distintas maneiras: I- pela forma de vida (mulheres de todas as gerações que habitam os campos, bosques, selvas e áreas próximas a cursos d’água); II- pela forma de organização social (camponesas, indígenas y afrodescendentes) e III- pelas

atividades que desempenham na forma de agricultoras, extrativistas ou coletoras, pescadoras, assalariadas e artesãs.

Além das relações que estabelecem com a natureza a partir de seus modos de vida, suas ações e a forma como se organizam historicamente têm influenciado na formação e (re) significação do espaço rural, bem como, nos processos de desenvolvimento rural. Esse tipo de desenvolvimento no qual se referíamos baseia-se no enfoque do desenvolvimento centrado nos fatores endógenos locais, como os recursos naturais, econômicos e nas capacitações sociais e culturais que a sociedade rural dispõe. Sendo, portanto, um fenômeno local e ou regional do desenvolvimento, “[...] processo que deve resultar em ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (SCHNEIDER, 2004, p. 98).

Nesse sentido, por exercerem funções importantes à economia rural e a reprodução de grupo doméstico de forma mais autônoma as mulheres possuem relevante papel social e econômico para o rural e para esse processo do desenvolvimento rural, posto suas ações protagonistas I) na defesa e manutenção da segurança e soberania alimentar, ao produzir grande parte da pauta alimentar familiar e terem expressiva ação nos movimentos sociais em defesa de um sistema agroalimentar mais sustentável; ii) no exercício do agroextrativismo familiar (para autoconsumo e comercialização do excedente), ou ainda pela sua iv) crescente atuação nas agroindústrias familiares e demais atividades que vem desempenhando para sua reprodução socioeconômica e para seu grupo doméstico.

De acordo com levantamento feito pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2000), estima-se que as mulheres rurais produzem cerca de 70% a 80% dos alimentos para consumo familiar nos países em desenvolvimento (como o Brasil) e mais de 50% em todo o mundo, mesmo a maioria delas permanecendo muito isolada e em grande desvantagem³.

³ De modo histórico, a dificuldade em caracterizar o trabalho da mulher rural tem gerado muitas implicações sociais e econômicas, que tem moldado as suas condições de vida. Essa condição levou a situação de marginalização das mulheres na economia rural, dado seu trabalho no espaço privado do lar ser socialmente invisível e sua contribuição no espaço produtivo pouco valorizado. Suas consequências manifestam-se na sobrecarga de trabalho, ocasionado principalmente pelas atribuições do trabalho reprodutivo, dependência financeira das mulheres em relação aos homens, a condições de vulnerabilidade econômica e de privações materiais e simbólicas, devido a pouca participação nos processos decisórios, que realmente impactam sua vida e da família.

Suas contribuições com a conservação dos recursos naturais também são inegáveis. As mulheres nesse contexto têm conquistado papel essencial na defesa e no manejo adequado dos recursos naturais, contribuindo assim com a conservação ambiental e da biodiversidade ainda presente nas áreas rurais, com destaque para a produção agroecológica de alimentos. “Nas experiências agroecológicas existentes, é evidente a participação efetiva das mulheres. É comum ouvir dos técnicos que trabalham no setor que, muitas vezes, foram elas que iniciaram a “conversão” das propriedades rurais para sistemas sustentáveis [...]” (SILIPRANDI, 2013a, p.331).

[...] as mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (SILIPRANDI, 2015, p.103).

Ocorre ainda que, segundo Lisboa e Lusa (2010), devido às responsabilidades na provisão de alimentos para o sustento da família, as mulheres adquiriram um papel preponderante na gestão dos recursos naturais, como: coleta de frutos, raízes, lenha, ervas e plantas medicinais, cuidado com a água, e etc. Todas essas atividades requerem um aguçado conhecimento dos ecossistemas circundantes, assim como das particularidades dos ciclos naturais. Isso tem contribuído para que as mulheres sejam usuárias e gestoras da natureza e da biodiversidade:

[...] elas contribuem para manter a diversificação e associação dos cultivos, semeadura, manejo integrado de pragas, conservação do solo, proteção e aproveitamento de plantas com fins nutricionais, medicinais, sanitários e econômicos. Através de seus conhecimentos contribuem como usuárias e como gestoras de todo um sistema de biodiversidade [...] (LISBOA; LUSA, 2010, p.885).

Ainda que a literatura, de uma forma geral, tenha dado mais ênfase as mulheres rurais agricultoras e camponesas, Castro (2001), também chama atenção para os estudos científicos e o maior interesse acadêmico nas últimas décadas para entender os modos de vida das mulheres extrativistas e demais grupos sociais cujas tradições ainda permanecem enraizadas na economia agroextrativista. Nesse debate, ressaltam-se as contribuições das extrativistas para conservação da biodiversidade, ao tempo que mantém as condições necessárias para sua reprodução e manutenção da atividade extrativista:

Suas práticas têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna, da flora, de seus cursos d'água, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo (CASTRO, 2001, p. 15-16).

Pensar as mulheres rurais como gestoras da natureza é um reconhecimento social da valiosa função que elas desempenham no rural e para a sociedade. E conforme Pacheco (2002, p.20) “[...] esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar”.

Paralelamente, pensando na condição de vida das mulheres no espaço rural, nota-se que paulatinamente, a condição das mulheres tem passado por modificações ao longo do tempo e o seu trabalho que não tinha um reconhecimento devido, normalmente classificado como ajuda ou complementar ao trabalho masculino⁴, passa por transformações importantes e a sua participação no modo de vida rural é bem mais ativa e complexa.

As mulheres em determinados contextos têm assumido papéis ativos nas atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas hoje no rural. São protagonistas na luta pela agricultura familiar e pela agroecologia; também tem crescido a participação em grupos produtivos e diversas organizações sociais construídas sobre a sua liderança. Siliprandi (2013a), por exemplo, cita a forte atuação na criação de experiências coletivas de mulheres para produção e comercialização de produtos agrícolas, agroecológicos, extrativistas, da pesca e produtos artesanais. Também, Lunardi (2006) descreve que devido à própria necessidade de geração de alternativas econômicas, as mulheres aperfeiçoaram as funções já desenvolvidas e criaram novas atividades, buscando a complementação da renda da agricultura com o turismo rural, o artesanato, o lazer e a agroindústria.

Destas novas atividades que estão se desenvolvendo no rural, como a agroindustrialização de alimentos, são as mulheres um dos principais atores,

⁴ Na literatura sobre gênero e mulheres rurais é uma concepção comum o fato de que a hierarquização dos papéis conferidos as mulheres e homens de acordo com a divisão sexual do trabalho e das determinações sociais construídas ao longo tempo se baseou numa relação de dominação masculina e deste modo, as mulheres das quais foram atribuídas o trabalho reprodutivo (trabalho doméstico e de cuidados) detinham menos acesso ao espaço produtivo e remunerado, onde prevalecia “[...] a organização de uma divisão sexual do trabalho que designa aos homens a responsabilidade de provedores da família, de “chefes de família” e, portanto, encarregados do trabalho produtivo “na roça” e delega-se às mulheres a função dos cuidados e do trabalho doméstico, além das atividades que circundam as proximidades do seu território “tradicional”, as casas, incluindo o cultivo das hortas e os cuidados de pequenos animais” (VASCONCELOS, 2015, p.343).

principalmente na criação destas atividades (NICHELE; WAQUIL, 2011). O importante nisso é que, a sua participação nas agroindústrias torna o trabalho cotidiano das mulheres na produção de alimentos mais valorizado socialmente e na economia rural, posto que o produto gerado por esse trabalho por ser comercializado e remunerado, ele conquista o um status de trabalho, diferentemente quando ocorre somente como parte das suas tarefas do trabalho reprodutivo não monetizado (como o preparo de alimentos para sua unidade familiar).

Ocorre ainda que, em determinados contextos as mulheres também têm assumido parcialmente e ou integralmente as propriedades rurais e isso tem favorecido um processo de maior afirmação das mulheres no grupo doméstico. Segundo Butto (2011) e Hora e Butto (2014), mesmo com as desigualdades de gênero ainda existentes, não impede que as mesmas venham assumindo cada vez mais a responsabilidade do grupo familiar⁵.

Na região Nordeste, sobretudo, esta é uma realidade muito presente, por diversas razões, mas, sobretudo, pela ausência dos homens na propriedade em decorrência das migrações (que impactam em sua maioria os homens). Estudo de Cicero Albuquerque (2016) em comunidades rurais alagoanas descreve esse fenômeno migratório. De acordo com o referido autor, em determinadas épocas do ano, quando alguns dos indivíduos da família (quase sempre homens) migram para os centros urbanos ou para grandes fazendas cortar cana-de-açúcar, por exemplo, condição essa, predominante no Nordeste e em Alagoas, as atribuições cumpridas pelos membros da família são redefinidas e a propriedade passa a ser cuidada pelas mulheres, jovens e crianças.

Mesmo sendo mais uma atividade a ser desempenhada além de todas as outras atribuições diárias resultantes do trabalho reprodutivo, para a mulher assumir a gestão da propriedade e das decisões dela resultante na ausência do marido faz parte de um processo em curso de mudanças no redimensionamento de suas atribuições dentro da unidade produtiva familiar, pois a presença das mesmas neste espaço por muito tempo foi limitada e quando ocorria era somente na forma de ajuda, sem reconhecimento e poder de decisão.

⁵ Dados oficiais do IBGE/PNAD, 2006 e IBGE/Censo, 2010 confirmam que ao longo dos anos noventa e da atual década, segue aumentando o número de famílias brasileiras com a chefia feminina. Nas áreas rurais especificamente, 11,4% dos lares eram chefiados por mulheres, em 1993, e, em 2006, saltaram para 16,2%, crescendo para 17,7% em 2010 (HORA; BUTTO, 2014).

Isso não quer dizer que não haja mais injustiças e desigualdades de gênero no campo ou que a situação social e econômica das mulheres ainda não seja problemática, e sim que elas têm cada vez mais vivenciado processos de maior afirmação social e política. Parte disso decorre da condição de maior autonomia das mulheres e dos processos em curso de organização social e produtiva das mesmas, que também tem garantido melhores condições de trabalho e ganhos de autonomia econômica, como veremos no tópico 2.2.3.

Porém, elas ainda têm um grande desafio, posto às limitações e entraves ainda existentes, cabendo ainda superar, a condição de insuficiente inclusão nos processos econômicos, sociais e de desenvolvimento, devido: sua pouca participação em espaços de tomada de decisão; menor acesso a recursos produtivos (crédito, terra, capacitação, informações, tecnologia etc.); baixo nível educacional e emprego de qualidade; baixo nível organizacional e falta de informação, para assim tomar decisões adequadas que respondam a suas necessidades e seus interesses (IICA, 2019).

Na análise da literatura sobre gênero, mulheres rurais e movimento social, constata-se que as mulheres têm participado de dois processos protagonistas de ação coletiva nas últimas décadas. O primeiro refere-se ao grande movimento social fruto de grandes mobilizações nacionais dos movimentos feministas e das trabalhadoras rurais articuladas com o movimento sindical rural a partir da década de 1980. O segundo refere-se às organizações sociais e produtivas que vem ganhando força a partir dos anos 90.

Estas organizações produtivas são também resultado do próprio processo de reivindicação das mulheres por direitos, movimento social que ganhou força em finais do século XX e é um marco histórico de representação política em massa das mulheres rurais, pois conduziu a emergência de um grande movimento social nacional com discussões sobre as desigualdades de gênero, reconhecimento das mulheres como agricultoras e portadoras de direitos, ao mesmo tempo em que, levantou questionamentos das relações de poder e o pleno direito de cidadania das mulheres, como será debatido no tópico 2.1.1.

2.1.1. Os movimentos sociais e as políticas públicas para as mulheres rurais

Para Stephen o movimento social e a organização social das mulheres entre 1980 e 1990 representaram “[...] o maior, mais diverso e, provavelmente, mais bem-sucedido movimento de mulheres de toda a América Latina” (p.33 *apud* PAULILO, 2016, p.26), de tal forma que, para Butto (2011, p.14), a partir desse momento cria-se “condições mais favoráveis para a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais e afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural”.

A partir desse momento, as mulheres de fato passam a ter mais atenção formal no Brasil e essa visibilidade e construções de identidade das mulheres agricultoras e produtoras rurais se traduzem pouco a pouco nos anos seguintes em políticas públicas.

As ações articuladas pela campanha se inserem nas lutas por participação e reconhecimento das camponesas enquanto sujeitos políticos de direitos. Trata-se, em essência, da própria luta pela democratização da sociedade brasileira, já que questiona os enfoques hegemônicos que orientam a forma com que o Estado historicamente se relacionou com as mulheres no meio rural (JALIL, 2009, p.11).

O movimento das mulheres rurais, também, assumiu uma agenda bastante ampla. No Norte e Nordeste, por exemplo, o movimento tratou de questões trabalhistas e previdenciárias, também realizaram ações e debates sobre violência, saúde, direito sexual e reprodutivo, geração de renda, meio ambiente, entre outros temas que questionam as relações de poder existentes no meio rural e fortalecimento das mulheres no setor produtivo (CORDEIRO; SCOTT, 2007).

Isso inclui as lutas por reforma agrária, por reservas extrativistas, agricultura familiar, desenvolvimento rural, demarcação das terras quilombolas e das reservas indígenas. Além disso, elas têm investido na criação de projetos e experiências inovadoras que contribuem para o fortalecimento do seu potencial produtivo bem como para a melhoria das condições de vida do lugar em que moram (CORDEIRO; SCOTT, 2007, p.420).

Siliprandi (2013b) destaca algumas das conquistas do movimento das mulheres rurais no final do século XX e as mudanças das discussões a partir de então, como: o reconhecimento da profissão de agricultoras e a titulação conjunta das terras, que permitiu as mulheres terem acesso aos direitos sociais, previdenciários e sindicais. E a partir dos anos 2000, as novas pautas passaram a

reivindicar acesso às políticas produtivas (crédito, políticas de comercialização e assistência técnica especializada), tratamento diferenciado e, sobretudo avançaram nas discussões de mudança da estrutura dominante de marginalização das mulheres.

As mulheres, acima de tudo, demandaram políticas que pudessem melhorar sua condição de trabalho e capacitá-las para atuar na unidade produtiva familiar, como assistência técnica, conhecimentos adequados para o planejamento da unidade produtiva familiar (na produção, uso de equipamentos agrícolas, nas negociações e na comercialização), assim como, capacitações e conhecimentos para participar de projetos e outras políticas públicas. Isso se torna importante à medida que, a assistência técnica implica entre outras coisas a “[...] segurança protetora e oportunidades sociais, porque influenciam nos melhores encaminhamentos da vida dos agricultores e das agricultoras, culminando no favorecimento de possibilidades [...]” (BARBOSA; LOPES, 2015, p.301).

Uma das políticas mais conhecidas e exclusivamente destinadas às mulheres que tem contribuído para fortalecer o seu potencial produtivo é o PRONAF-Mulher, uma modalidade de crédito criada em 2003 no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que tem financiado as atividades econômicas próprias das mulheres (SILIPRANDI, 2013b)⁶.

Outras políticas para mulheres que têm paulatinamente surgido algum efeito, são:

[...] a mudança de critérios para que as mulheres solteiras possam ser beneficiadas com a posse da terra; as mudanças na assistência técnica aos assentamentos, com enfoque de gênero; as políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais; as políticas de apoio à sua organização para participação em processos de negociação sobre os territórios rurais e as políticas específicas de etno-

⁶ Desde a safra 2003/2004, mais de 37 mil contratos foram concedidos na linha e mais de 237 milhões de reais foram emprestados, ampliando-se a cada safra o número de mulheres beneficiadas, principalmente no Nordeste, onde encontra o maior número de operações realizadas, mesmo sendo a região mais pobre do país (BUTTO, 2011). “O acesso ao crédito produtivo específico para as mulheres contribui de muitas maneiras para sua autonomia, uma vez que promove a capacidade de decisão sobre o uso dos recursos financeiros, contribui ao seu empoderamento, oferece melhores condições para superar a violência e fortalecer suas estratégias produtivas, facilitando sua permanência em áreas rurais. As mulheres também investem em atividades produtivas destinadas ao autoconsumo familiar, garantindo a segurança alimentar e nutricional da família” (NOBRE; HORA, 2017, p.36, tradução nossa).

desenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas (SILIPRANDI, 2013b, p.6).

Em 2008 também foi instituído o Programa de Organizações Produtivas de Mulheres Rurais (POPMR)⁷ pelo Governo Federal, através do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais.

Diante do contexto, as políticas públicas atuam no sentido de viabilizar e dar condições estruturais (econômica, social e política) para participação da vida cidadã, pois, “[...] recolocar as pessoas e os grupos vivendo na pobreza ou excluídos no centro do processo de desenvolvimento significa colocar as instituições econômicas (mercados) e políticas a serviço destes grupos” (IORIO, 2002, p.6).

Ademais, verifica-se, portanto, a notória importância da mobilização social das mulheres rurais nesse processo, como a mobilização das mulheres agricultoras, por meio de movimentos sociais nacionais, como por exemplo, o MMC - Movimento das mulheres Camponesas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR; a Marcha das Margaridas; entre outros movimentos.

E se tratando das mulheres extrativistas mais especificamente, se reconhece uma maior visibilidade política das mesmas a partir dos movimentos mais “especializados” voltados as suas problemáticas como o MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que reúne mulheres extrativistas no norte e nordeste (PA, PI, TO, MA). Os trabalhos de Castro e Abromoway (2005) e Barbosa (2007), por exemplo, debatem sobre afirmação política das mulheres quebradeiras do coco do babaçu na defesa do território (acesso e preservação da natureza), como também analisam o processo emancipatório e de autonomia destas

⁷ De acordo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD, 2018), que substitui o extinto MDA, o programa incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização entre as mulheres, tendo como principais formas de execução: chamamentos públicos para contratação de projetos; termos de referência; e parcerias com universidades e institutos federais com os Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs). Cabe mencionar, no entanto que, atualmente muitas dessas políticas não possuem o mesmo apoio e sofreram mudanças que implicam na sua continuidade, como a extinção de órgãos executivos ministeriais importantes e a transferências de pastas para outros ministérios, como ocorreu com a extinção do MDA em 2016 e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2019 (incorporado ao atual Ministério da Cidadania). Ambos os ministérios, por exemplo, possuíam ações articuladas na execução do POPMR e de outras políticas direcionadas ao combate a pobreza rural e o desenvolvimento social com enfoque de gênero. Isso demonstra que os movimentos sociais e organização das mulheres tenham influenciado fundamentalmente na agenda do Estado sobre as políticas públicas de igualdade de gênero e a promoção da inclusão social e produtiva das mulheres, todavia só foram possíveis num período histórico de governos mais populares e mais abertos a tais avanços.

mulheres. Mais recentemente destaca-se também o MCM - Movimento das Catadoras de Mangaba, que também tem sido objeto de estudos nos últimos anos, como os trabalhos de Mota (2008 a, 2008b), Mota, Silva Junior e Schmitz (2010) e Lima (2012), que analisam o trabalho da mulher no extrativismo de mangaba, as relações de gênero e divisão social do trabalho e o papel desses atores e do extrativismo da mangaba para a conservação da biodiversidade.

Deste modo, embora tenha sido um processo lento e ainda em construção, o reconhecimento da profissão das agricultoras, a estruturação dos direitos civis e de propriedade das mulheres rurais sobre recursos produtivos (como a terra e capital) e o apoio político institucional para a produção, geração de renda e organização social demonstram um passo importante na história mais recente para inclusão produtiva e social das mulheres. Todavia, nos cabe acentuar a necessidade de um olhar ainda maior para os povos tradicionais, as mulheres extrativistas e demais atores sociais que sustentam em sua cultura a manutenção da atividade extrativista, mesmo que ainda muito inviabilizada (socialmente, economicamente, produtivamente e em termos de políticas públicas).

2.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, MULHERES E ASSOCIATIVISMO RURAL

O que são as organizações sociais, como elas se estruturam no rural e podem contribuir para organização dos produtores e produtoras rurais, diante de suas problemáticas de gênero e conduções produtivas, possibilitando assim melhores condições de vida e de trabalho. Estas são algumas das questões que se busca entender e discutir nesse capítulo.

2.2.1. Organização social e a mobilização de capital social

A organização social parte da ideia central da superação do individual para o coletivo e como afirmam Crozier e Friedberg (1977 *apud* SABOURIN, 1999, p.104), "a organização é um processo de criação coletiva por meio do qual os membros de uma coletividade aprendem juntos, [...] adquirem as capacidades de conhecimento, de relacionamento e de organização correspondentes". O conjunto dessas organizações é fundado sobre as diversas formas de ação coletiva, sobre processos de cooperação e de coordenação entre os atores (SABOURIN, 1999).

As ações coletivas são fundadas nas relações de cooperação e a ajuda mútua entre os indivíduos participantes e no geral ocorrem por meio de duas formas distintas. Segundo análise de Sabourin (1999) a primeira refere-se às instituições informais, fundadas por algum tipo de normas e regras sociais que são compartilhadas em conjunto pelos indivíduos, pelas famílias ou pelas comunidades rurais. É o caso das redes de proximidade e de ajuda mútua que ocorrem no contexto rural, especialmente a partir de ações coletivas, como o acesso as fontes de água e equipamentos coletivos, manejo de bens comuns e os mutirões. A segunda refere-se às instituições de ação coletiva formalizadas por quadro jurídico e que constituem as organizações formais, como é o caso das cooperativas e das associações.

Para Abramovay (2000), ainda que seja constituinte de um processo molecular, a organização social faz parte de uma tomada de consciência e de organização que pode abrir o caminho para uma nova relação com o meio rural, dado o esforço crescente de formação dos agricultores para o exercício da cidadania, principalmente por parte das próprias organizações que os representam. De modo semelhante, Sabourin (2005) e Clemente (2015?) avalia que a organização social vem conquistando papel importante nas estratégias territorial e participativa do desenvolvimento rural, onde muitas das esperanças tinham sido colocadas na ação coletiva e na organização dos agricultores familiares para gestão descentralizada dos recursos direcionados a tal projeto, principalmente em termos de políticas públicas.

“A partir da Constituição Federal de 1988 e das políticas baseadas no enfoque territorial para o campo a partir dos anos 1990, o Estado passou a descentralizar recursos e “incentivar” a participação dos atores locais, assim a organização coletiva dos atores locais passou a ser muito relevante na busca de recursos e representatividade. Deste modo, o Estado passou a atuar estimulando a formação de associações e cooperativas entre os agricultores familiares. As políticas estatais mais recentes voltadas aos agricultores familiares, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também exigem como condição para o acesso dos agricultores familiares aos seus benefícios, que ele esteja vinculado à alguma organização social, como associação ou cooperativa” (CLEMENTE, 2015?, p.1).

Neste sentido, as organizações sociais assumem um papel importante e também necessário para o rural brasileiro, por vários motivos, uma vez que as ações coletivas e a socialização dos sujeitos os tornam institucionalmente e economicamente mais fortes, viabilizando suas ações e condições produtivas, mas,

sobretudo, pelo papel de representação sociopolítica que desempenham para o posicionamento dos produtores familiares e demais atores rurais.

E apesar das limitações impostas aos mesmos, dentro de um contexto maior da dominação do mercado capitalista, as formas de organização social e as estruturas delas resultante, mesmo mascaradas e ignoradas tem conseguido assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e mantido um mínimo de valores humanos. Onde estes atores têm reproduzido e ampliado às estruturas econômicas e sociais de reciprocidade (SABOURIN, 1999), garantido sua sobrevivência no rural.

Deste modo, o entendimento é que a organização social fortalece as relações de reciprocidade, de confiança, de solidariedade e cooperação, que são atributos necessários a formação e enriquecimento do 'capital social' onde essas organizações atuam. Esse capital social aqui sinalizado é um ativo considerado por Putnam e Monjardim (2006) como importante ativo social para o desenvolvimento e caracterizado por Coleman (1998) como uma estrutura social que facilita as ações dos indivíduos que fazem parte da mesma.

Destaca-se ainda que, o capital social quando relacionado ao conteúdo resultante de certas relações sociais e aspectos da organização social (combinação de atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação) proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem, por meio da confiança e benefício mútuo (DURSTON, 2003; PUTNAM, 1995 *apud* MILANI, 2004). Assim, pois,

[...] a eficiência desse capital social, ao mesmo tempo, produto e causa das relações interpessoais em redes, da ação coletiva e da organização, foi assim associada a várias formas de benefícios coletivos: aprendizagem e difusão da inovação (Narayan e Pritchett, 1999), resolução de problemas de gestão de recursos comuns (Ostrom, 1994) ou eficiência na governância territorial (Winter *et al.*, 2001) (SABOURIN, 2005; p.3).

Dito isto, a noção de capital social está atrelada aos aspectos da organização social, como a cooperação, as relações de reciprocidade e de confiança mútua⁸. As organizações locais das comunidades rurais do Brasil estudadas por Eric Sabourin (2006) oferecem alguns exemplos destas relações fundadas a partir das prestações ou relações econômicas solidárias de ajuda mútua, trabalho compartilhado e manejo coletivo de recursos comuns. Para o referido autor, essas práticas econômicas gratuitas, fundadas no princípio da reciprocidade e cooperação são indispensáveis

⁸ A confiança mútua refere-se a "um nível específico de probabilidade atribuído por um agente a outro no sentido de que uma ação determinada seja realizada" (SABOURIN, 2010, p.146).

na produção, devido às condições precárias ou difíceis na qual as comunidades rurais pobres se encontram e essenciais para produção de valores humanos comuns, como: amizade, responsabilidade e confiança.

Nota-se, portanto, que o capital social é um ativo social fundamental no processo de organização social, tornando-o mais eficiente. De modo semelhante, no processo de organização social há o aprofundamento destes valores de confiança mútua, criação de redes de relações cooperativas e socialização dos indivíduos, que fortalece o capital social já presente e acrescenta maiores capacidades de desenvolvimento das ações dos atores participantes.

E nesse contexto da organização social, da formação e enriquecimento do capital social e a institucionalização de ações coletivas no rural, o movimento associativista tem conquistado cada vez mais atenção, seja por parte dos próprios produtores, pelas entidades não governamentais, como pelo próprio Estado, onde se visualiza nas últimas duas décadas um apoio maior a estas experiências organizativas associativas.

2.2.2. Associativismo rural e organização socioproductiva

Conceitualmente, o associativismo refere-se a “adesão de interesses comuns, união por meio da qual a sociedade se organiza visando à ajuda mútua para resolver problemas diversos e superar toda forma de obstáculos relacionados a seu dia-a-dia” (COTRIN, 2018, p.56). Partindo dessa concepção, o associativismo consiste na ação conjunta, na cooperação e colaboração entre indivíduos para uma finalidade comum, sendo que estas estruturas associativas podem surgir por aspectos de diversas naturezas (comunitárias, religiosas, de familiares, por fins econômicos e ou políticos) e tem o pressuposto de que a união e o poder da coletividade fortalecem suas demandas.

No rural, as experiências associativas estão ligadas, principalmente, a produção e organização social dos agricultores, das mulheres rurais e demais atores do rural, por duas razões fundamentais: a primeira porque associativismo representa uma estratégia para atenuar as barreiras no acesso aos mercados e por fortalecer o potencial produtivo do grupo organizado e a segunda, por desempenhar funções específicas de participação social e representação socioprofissional desses atores.

Lazzarotto (2002) e Cotrin (2018) corroboram com esta análise ao discutirem que o associativismo tende ampliar as oportunidades econômicas no meio rural e qualifica uma importante alternativa para viabilização dos agricultores familiares e sustentação de suas unidades produtivas, em especial pela superação das muitas dificuldades existentes na produção, por ampliar as vantagens dentro da economia de mercado e diminuir as incertezas nas tomadas de decisões.

Outros estudos sobre a temática também abordam o fato de que o associativismo em várias perspectivas analisadas implica além da representação ou vínculos dos atores sociais, meios alternativos para dar voz aos desfavorecidos, expandir as oportunidades de trabalho e geração de renda, a criação de valores humanos de confiança e união, senso de pertencimento coletivo e práticas de colaboração, assim como, o aumento e o suporte na formação de cidadãos mais democráticos (COTRIN, 2018; OLIVEIRA, 2016; SANTOS, 2010; LÜCHMANN, 2014).

Em associação as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social muito além da dimensão individual e pessoal e as principais funções democráticas do movimento situam-se na capacidade de alterar a realidade social, tanto no plano cultural como institucional, ao expor e lutar contra as relações de poder e de dominação das diferentes esferas e espaços da vida social (LÜCHMANN, 2014). Assim, o associativismo é um elemento importante e que desloca questões e problemas do plano individual para o coletivo, condições estas consideradas essenciais para desencadeamento de um movimento social e a construção de novas relações econômicas e produtivas.

No campo da economia solidária, por exemplo, as experiências do associativismo e do cooperativismo têm como perspectiva a resignificação do trabalho e das relações econômicas, pois como explica França Filho (2003), a economia solidária orienta a justiça social, seja na repartição de recursos, seja do ponto de vista das relações de reciprocidade, da ideia de auto-suficiência e da autonomia ou ainda pelo mercado, só que de uma forma redefinida.

[...] no caso da economia solidária a oferta ou os serviços prestados através das iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas expressadas pelos grupos locais. A ideia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua

tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais (FRANÇA FILHO, 2002, p.13-14).

O referido autor também chama atenção para o fenômeno da hibridação de economias proporcionado pela economia solidária,

pela mesma possibilitar a combinação da economia mercantil, não mercantil e não monetária. Isso ocorre porque normalmente, nas iniciativas solidárias existem ao mesmo tempo a “[...] venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não mercantil); e trabalho voluntário (recurso não monetário)” (FRANÇA FILHO, 2002, p.13-14).

Desde modo, na prática, a economia solidária sugere uma diversidade de iniciativas organizacionais e experiências socioeconômicas, que assumem na maioria dos casos a forma associativa e que buscam responder problemáticas locais específicas. Estas atividades econômicas por sua vez, se realizam por meio de empreendimentos, construídos com uma lógica reprodutiva diferenciada e construída por meio de princípios, tais como aqueles identificados por Gaiger (2004, p. 11) como “[...] autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social”.

Além disso, de acordo Metello (2007), ao invés do lucro os Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) têm o trabalho como foco de suas ações, como é o caso das associações, cooperativas, empresas autogestionárias ou os grupos informais (sem registro legal).

No Brasil, esse tipo de empreendimento é analisado segundo a orientação de estratégias à crise do trabalho, como uma alternativa de emprego (autogestão) e um modelo diferenciado da orientação econômica do mercado (capitalista), em especial a partir dos trabalhos de Paul Singer, posto que, o tema da economia solidária no Brasil teve sua origem particularmente a partir dos estudos de Paul Singer, como sendo um novo modo de produção frente à crise do trabalho, onde a economia solidária representa

[...] um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas segundo princípios solidários sob a forma de cooperativas, de associações de produtores, empresas de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares urbanas e rurais, (SINGER, 2002, p.24).

Além disso, as experiências associativas foram avaliadas principalmente no contexto rural, como estruturas organizativas de sociabilidade e reciprocidade (SABOURIN; MILANI, 2009; SABOURIN, 2007; 2014; 2015) ou ainda na perspectiva territorial por França Filho (2002; 2003) como instrumentos e ações integradas para o desenvolvimento rural. A economia solidária foi adotada também por esse aspecto, pelo governo Federal a partir de 2003 como política pública para desenvolvimento dos territórios rurais, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003.

A SENAES, atualmente rebaixada ao Ministério da Cidadania, quando criada tinha como orientação a identificação das diversas formas de ações solidárias praticada em todo país, adotando a economia solidária como estratégica na construção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Na sua concepção, a economia solidária caracteriza-se da seguinte maneira:

[...] concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada de capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e de consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (SENAES, 2006, p.57).

A partir da criação da SENAES em 2003, a economia solidária conquista no Brasil espaço estratégico nas políticas de desenvolvimento dos territórios rurais, de fomento a agricultura familiar⁹. De acordo com Christoffoli (2015), a partir dos anos 2000 é possível perceber a emergência de milhares de iniciativas coletivas e associativas no meio rural brasileiro e assim como Clemente (2015?) concorda que tenham sido impulsionadas indiretamente com políticas de fomento à agricultura familiar, como por exemplo, a criação dos mercados institucionais para compra de

⁹ Cabe mencionar, no entanto que, atualmente a Secretaria sofreu mudanças administrativas que implicam diretamente na fragmentação e desaceleração das políticas públicas de apoio e fomento ao cooperativismo e associativismo. A SENAES foi rebaixada e transformada em um departamento do Ministério da Cidadania em 2019 até então atrelada ao Ministério do Trabalho – extinto pelo Governo Federal.

produtos agrícolas da agricultura familiar, mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os vários movimentos nacionais no campo (ligados à economia solidária, à agricultura organizada e agroecológica, à reforma agrária e ao movimento sindical) com suas diversas iniciativas tem buscado reduzir o quadro de vulnerabilidade da produção familiar no Brasil, buscando promover o consumo solidário e sustentável de alimentos e outros produtos (MASCARENHAS, 2007).

Entre as diretrizes comuns à economia solidária adotadas pelo movimento brasileiro estão a ênfase nos mercados locais, a inclusão apenas de pequenos produtores ou de empresas solidárias (autogestionárias) nas cadeias de produção e a participação em políticas públicas redistributivas e estruturantes no âmbito do estado (*idem*, 2007, p.114).

Posto isto, consideramos positiva também, a organização social dos agricultores familiares e demais atores rurais para o acesso as políticas públicas, pois parte das políticas direcionadas aos produtores e produtoras rurais de apoio as iniciativas e empreendimentos econômicos solidários foram implementadas por meio dessas organizações.

Desde modo, o associativismo se insere como uma via da organização socioprodutiva, a partir das iniciativas de ação coletiva e de ajuda mútua entre os produtores e produtoras rurais. E enquanto uma iniciativa solidária, o associativismo realizado a partir dos empreendimentos econômicos solidários (associações e ou cooperativas) é pautado também por princípios que buscam a realização dos indivíduos, seja pela sua participação social, seja por sua reinserção no mercado de trabalho, com a possibilidade de autogeração de ocupação e renda e acesso a políticas públicas.

2.2.3. Trabalho Associado e Mulheres Rurais

Para as mulheres rurais especificamente, o associativismo toma outras direções além do favorecimento de sua organização produtiva. É possível afirmar que elas têm participado nas últimas décadas de diversas experiências associativas que vêm conduzindo no meio rural um processo de resistência e de protagonismo, diante das suas problemáticas de gênero e para sua reprodução socioeconômica, a partir das diversas iniciativas econômicas coletivas de trabalho, classificadas aqui de “trabalho associado”.

Na literatura, estudos sobre o tema evidenciam que as mulheres têm protagonizado projetos que asseguram seus modos de vida no rural e a melhoria de suas condições de vida e de trabalho, a partir da participação feminina ativa nas organizações e em todos os processos produtivos do qual fazem parte (produção, beneficiamento, comercialização). A maioria dos grupos produtivos é formada por mulheres de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária, que se organizam para a produção e comercialização de: a) produtos agrícolas, sendo que nesse setor prevalece a produção agroecológica de hortaliças e frutas; b) coleta e extração de sementes e frutas do extrativismo ou do agroextrativismo; c) agroindustrialização de alimentos, como geleias, doces e conservas, sucos de frutas, queijos, bolos, biscoitos, bolachas, macarrão e pães; e d) e produtos artesanais¹⁰.

Embora hajam grupos formalizados por quadro jurídico como as associações ou cooperativas, de acordo com Bruno *et al.* (2011) e Siliprandi (2012), eles são em sua maioria pequenos grupos informais de mulheres que realizam algum tipo de ação coletiva ou prática solidária, apoiadas por organizações de base religiosas e comunitárias, movimentos sociais e sindicais ou pelas organizações não governamentais (ONGs).

As iniciativas de organização produtiva ocorrem geralmente como estratégia de fortalecimento de atividades já desenvolvidas por elas e para comercialização de sua produção agrícola, que normalmente é pequena e realizada nos quintais ou são produtos artesanais. A comercialização é feita em cadeias curtas de

¹⁰ Os casos revisados nesse estudo fazem parte da sistematização de experiências de mulheres rurais organizadas em grupos produtivos ou de comercialização que realizam algum tipo de trabalho coletivo e/ou associado. Foram analisados o trabalho de Bruno *et al.* (2011), que estudou o grupo “Produtivo Pé da Serra” (MS) de agroindustrialização de produtos vegetais; o grupo de “Mulheres do Assentamento Rio Fábrica” em Ponta de Pedras/PA de coleta e extração de sementes oleaginosas; o grupo “Produtivo Fibras e Arte” (RJ) e o grupo “Produtivo Liberdade” (PB), que desenvolve artesanato e por último, o grupo “Produtivo Anescha” (SC) que fabrica bolos, biscoitos de milho e trigo, doces, bolachas, macarrão e pães. No trabalho de Siliprandi (2012) foram identificados os grupos “Mulheres Decididas a Vencer” (RN) e o “Coletivo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares” (BA), que trabalham com produção agroecológica. Silva (2009) relata o “Grupo Maria” que faz parte da rede xique xique de comercialização solidária (RN). Há também nessa sistematização os grupos “Doceiras do Projeto Assentamento Saco do Rio Preto” (MG) e o grupo de “Doceiras do Projeto de Assentamento Fruta” (MG) estudados por Melo, Ribeiro e Galizoni, (2008) e o grupo de “mulheres agroecológicas associadas pela Associação de Mulheres Resgatando Sua História”, pesquisado por Brandão (2016).

Diversas outras experiências de organização produtiva de mulheres são identificadas no levantamento feito por BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

comercialização, sendo realizada diretamente ao consumidor em espaços locais e regionais (BRUNO *et al.* 2011) e mais recentemente têm obtido também o apoio de algumas políticas estatais que contribui para organização da produção e comercialização, como o PAA, e PNAE¹¹ (SILIPRANDI, 2012).

Por meio das experiências verificadas por Bruno *et al.* (2013), as autoras identificam que as razões e objetivos motivadores para a organização deve-se em grande parte a expectativas de melhoria de vida, quanto aos aspectos econômicos, quanto do político e social:

a) Entre as motivações de ordem econômica, prevalece a perspectiva de aumentar a renda familiar ou obter uma remuneração econômica distinta da do marido. Ter uma renda própria se lhes afigura importante e está diretamente associado à autonomia e à busca de igualdade de condições [...]. b) a maioria das mulheres vê o grupo como lugar de maior autonomia e espaço de liberdade para se “reunir”, “aprender a falar”, “saber como lidar com o dinheiro”. A possibilidade do encontro, da conversa, o compartilhamento de experiências assume, nesse contexto, uma função fundamental. c) Do ponto de vista da motivação política, o grupo produtivo passa a ser percebido pelas entrevistadas como lugar de união e espaço de preparação para maior participação política, seja nas instâncias de decisão e de representação do assentamento, seja em outras (BRUNO *et al.*, 2013, p. 226-229).

A importância da organização para as mulheres não se restringe a conquistas puramente econômicas. Ocorre que a inclusão delas nesses grupos associativos amplia a participação em espaços da esfera pública, para além do âmbito privado de suas casas e do trabalho reprodutivo, as qualificando para a vida pública. Outros pontos muito positivos que se destacam “diz respeito ao ganho em autoestima, na ampliação de espaços de atuação na comunidade, na família, na vida pública [...]” (MELO; RIBEIRO; GALIZONI, 2008, p. 16).

De modo que, esse processo de organização das mulheres de alguma maneira favorece a realização de atividades de formação, de capacitação, a capacidade de resistir às adversidades inerentes à falta de experiências para atuar nos mercados (SILIPRANDI, 2012). A essas considerações acrescenta Marialda Silva mais algumas características inerentes às experiências associativas:

¹¹ “Uma das características do Programa que o torna atrativo para as mulheres é o fato de que permite a comercialização de produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, cultivados em áreas próximas à moradia ou em áreas não aproveitadas para cultivos comerciais, que normalmente seriam utilizados apenas para o autoconsumo. Alguns desses produtos já eram vendidos pelas mulheres, porém em escala menor, como as aves e os ovos, as hortaliças e as frutas. Esse Programa abre ainda uma importante perspectiva para venda de produtos processados, que permitem agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, assim como para um conjunto de produtos do extrativismo, que também estão sob responsabilidade das mulheres” (SILIPRANDI, 2012, p.26).

As ações do grupo vêm elevando a autoestima de suas participantes com a revalorização de suas condições de agricultoras, ao mesmo tempo em que lhes confere a gratificação pelas mudanças materiais ocorridas. No processo de organização, as mulheres foram conquistando crescentes espaços de participação e de autoafirmação como novo sujeito social ativo no assentamento. [...] ao constituírem associações, assumem variadas responsabilidades nas negociações junto ao poder público e nas articulações com movimentos sociais, sindicais, fóruns municipais e regionais. Espaço tem lhes proporcionado visibilidade pública e reconhecimento social (SILVA, 2009, p.28-29).

Ocorre então que o associativismo se caracteriza para as mulheres com uma alternativa à sua organização socioprodutiva e a possibilidade de participar ativamente de todos esses processos econômicos, assim como, passam cada vez mais a serem devidamente notadas como atores sociais e sujeitos políticos ao alcançarem maiores níveis de reconhecimento social. Por isso, o associativismo e demais formas de organização social são apontados como potencializadores à autonomia e empoderamento das mulheres. Sendo que “[...] a conquista de maiores níveis de autonomia é um dos aspectos mais valorizados pelas mulheres” (SILVA, 2009, p.28), e acredita-se aqui que é uma das condições essenciais ao empoderamento feminino.

Conforme explica Soares (2011), para as mulheres, a autonomia implica na capacidade que elas dispõem para tomar decisões livres e bem informadas sobre suas vidas, para que assim possam ser e fazer o que almejam. Logo, “o avanço da autonomia está relacionado ao avanço das mulheres na vida pública e privada, como garantia do exercício pleno de direitos” (*idem*, 2011, p.281).

São três as esferas da autonomia, classificadas por Vera Soares: a autonomia física, a autonomia econômica e de decisões.

A autonomia física refere-se ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. A autonomia econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. A autonomia em participar das decisões que afetam a vida coletiva e individual (SOARES, 2011, p.282).

A autonomia das mulheres é mais que possuir independência financeira, ela depende da plena autonomia, que se realiza com a independência financeira e também o controle de recursos econômicos e de sua maior afirmação no grupo doméstico e social. Todavia inicialmente, a autonomia econômica é a mais visível e talvez a porta de entrada para a conquista das outras esferas da autonomia. Desde

modo, de acordo com Shefler (2013), a autonomia econômica das mulheres é o primeiro passo para o empoderamento feminino, onde poderia significar:

[...] além da melhoria de suas condições de vida, a possibilidade de a mulher passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal, ampliando o poder de decisão sobre seu uso, a perspectiva de transformar as tradicionais estruturas de dominação, influenciando, inclusive, as manifestações de violência presentes nestes contextos.

Os ganhos de autonomia criam condições ao empoderamento, pois do ponto de vista feminista o empoderamento é um processo de conquista de autonomia das mulheres, cujos efeitos são individuais e coletivos diante da busca pela equidade social e dos desafios patriarcais e dos privilégios de gênero (LEON, 1997 *apud* SHEFLER, 2013).

Tal concepção levanta a possibilidade de empoderamento a partir dos ganhos de poder, o “poder para” e do “poder de dentro” dos quais foram classificados por Oxal e Baden (1997 *apud* ANDRADE, WADI, 2015) como “power to” e “power within” respectivamente.

A aproximação da categoria teórica de empoderamento ao associativismo se analisado a partir dos ganhos de poder classificados por Oxal e Baden é possível à medida que, a inserção profissional das mulheres no setor produtivo autogerido, a independência financeira e a capacitações para participar dos mercados e da vida pública amplia a autonomia econômica das mulheres, tornando-as mais independentes e capazes pelos seus atos e escolhas (poder para). Há ainda nesses mesmos espaços a promoção de laços sociais, o fortalecimento pessoal, o aumento da autoestima e autovalorização das mulheres (poder de dentro).

Isto corrobora com o que descreve o economista Paul Singer sobre mulheres, economia solidária e o empoderamento.

A integração das mulheres na economia solidária não as emancipa apenas pela maior segurança econômica, que passam a usufruir, mas porque se tornam efetivamente iguais aos outros trabalhadores em direitos, independentemente de gênero, etnia, idade e outras características dos seres humanos que os diferenciam e por isso podem ser motivo ou pretexto para a prática da discriminação. Sendo donas dos seus empreendimentos coletivos, as mulheres ganham autonomia, podendo agir de acordo com suas inclinações e desejos sem receio de colocar em risco o seu lugar na cooperativa de trabalho que lhes pertencem. Como sócias, as mulheres têm a oportunidade de participar das reuniões em que os problemas do empreendimento são discutidos e soluções são adotadas, o que faz com que se capacitem para participar plenamente, como membros ativos da autogestão. Este aprendizado faz com que possam superar a alienação em que homens e mulheres que meramente vendem sua capacidade de produzir ao capital são mantidos. É neste sentido que se pode considerar que o resgate da pobreza de mulheres tanto quanto de homens por meio da

inserção na economia solidária é efetivamente emancipador (SINGER, 2012, p.47-48).

E, portanto, como discutido positivamente por Castro (2014), a organização produtiva, autonomia econômica e enfrentamento a opressão revelam um círculo virtuoso para as mulheres, onde elas se fortalecem e se tornam mais confiantes para enfrentar as opressões a quais são submetidas, recriando deste modo, novas condutas e possibilidades.

O processo organizativo, como espaço de socialização e formação de confiança e capital social tem papel relevante no processo de empoderamento das mulheres. Mas isso não quer dizer que é um processo simples e algo automático, muito pelo contrário, é um grande desafio, mas se visualiza potenciais em maior ou menor grau diante das experiências associativas conduzidas pelas mulheres rurais e “[...] a teoria e a prática do trabalho associado e do feminismo vêm mostrando que é essa uma relação possível e muitas vezes bem sucedida” conforme explica Castro (2014, p.20).

3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

3.1. SUJEITOS E LÓCUS DA PESQUISA

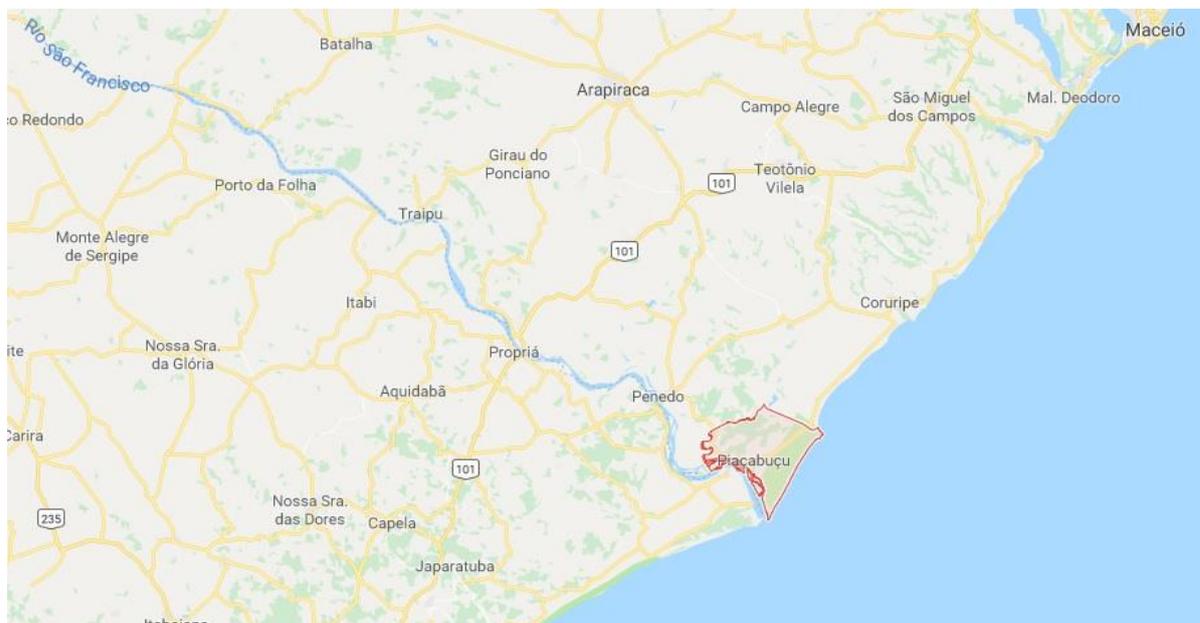
Os sujeitos em estudo são as mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira”. A associação é mista em termo de gênero, mas nossa escolha foi somente as associadas mulheres. Atualmente a associação é formada por oitenta e cinco (85) extrativistas/associados, deste total 83% são mulheres (71 membros). Quanto aos associados do sexo masculino, a maior parte deles são companheiros das mulheres extrativistas associadas e no total há somente 14 membros.

Registro da diretoria revela, no entanto, que atuantes na condução das atividades da Associação há somente 30 membros, também sendo sua grande maioria mulheres, pois embora a Associação seja mista, as mulheres representam a maioria no grupo associado ativo, bem como, foram as principais envolvidas no processo de organização social do grupo extrativista.

No texto será adotada a nomenclatura associadas (no gênero feminino) ao se referir aos membros da “Associação Aroeira”, levando-se em consideração as sujeitas do estudo e pela maior representatividade das associadas mulheres no grupo organizado pela Associação.

O lócus da pesquisa, a “Associação Aroeira”, é um empreendimento econômico solidário de autogestão criado em 2011, no município de Piaçabuçu, situado no litoral sul do estado de Alagoas com divisa com o estado de Sergipe.

Figura 1: Município de Piaçabuçu, Alagoas, 2019.



Fonte: Google maps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Piaçabuçu>>. Acesso em 10 Jan. 2019.

3.2. DELINEAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Com a finalidade de analisar a experiência de mulheres rurais extrativistas e o trabalho associado, considerando as ações organizativas e as estratégias de reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” a partir de suas particularidades e realidade em que estão inseridas optou-se nessa dissertação por uma descrição e análise de um único caso (estudo de caso).

O estudo de caso é um método de pesquisa cuja abordagem metodológica é capaz de identificar as relações dinâmicas entre os atores e seu contexto social, pois conforme Yin (2010) é uma investigação empírica, que trabalha a subjetividade na busca do conhecimento científico e busca responder questões do tipo “Como?” e “Por quê?”, com resultados explicativos e com base na realidade em estudo. À vista disso, o estudo de caso se classifica como um método de pesquisa social que “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real,

especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2010, p.32).

Sendo assim, optou-se neste trabalho por uma pesquisa exploratória e descritiva, realizada através de um estudo de caso. Quanto à forma de abordagem, buscou-se a combinação de técnicas. A abordagem é prioritariamente qualitativa, mas foi utilizada também a abordagem quali-quantitativa, utilizando-se assim de dados representados numericamente. Pela necessidade de profundidade do objeto da pesquisa, a abordagem qualitativa permitiu uma riqueza maior de detalhes e de observações investigativas a serem levantadas valorizando os fatos sociais do estudo.

Gil (2008) esclarece que o estudo de caso caracteriza-se pelo estudo exaustivo e profundo de um ou poucos objetos, isso torna o conhecimento do objeto em estudo amplo e detalhado. Logo, acredita-se que a combinação das técnicas e a abordagem qualitativa são pertinentes para essa análise, pois o processo de investigação comum ao estudo de caso é complexo e as particularidades dos sujeitos da pesquisa e do contexto em que estão inseridas pedem explicações que necessitam de um exame mais aprofundado (além do que os números e as estatísticas poderiam por si demonstrar). Para Bauer e Gaskell (2007), a abordagem qualitativa possui ênfase na subjetividade das evidências levantadas no estudo, com foco na interpretação dessas evidências, não só na quantificação das mesmas.

Assim sendo, o estudo de caso e a abordagem qualitativa fornecem elementos capazes de conhecer de fato as particularidades e a realidade estudada de forma mais ampla e complexa. Isso ocorre pela imersão do pesquisador no contexto que será analisado, por suas observações e o contato muito mais próximo com os sujeitos estudados, que numa relação de confiança estabelece meios de identificação dos acontecimentos e percepções de sua realidade.

Compartilhando dessa visão, Godoy (1995, p.58) reflete que a pesquisa qualitativa:

envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Trata-se desse modo, de uma pesquisa embasada na subjetividade, onde o “[...] (pesquisador) é, na realidade, o seu próprio instrumento de trabalho” (JOLY GOUVEIA, 1984 grifo do autor), e, portanto, cabe ao pesquisador compreender e

traduzir os fatos e situações vivenciadas durante o estudo de caso, com base em seu ponto de vista, suas experiências e essencialmente, a partir de sua bagagem teórica sobre o tema e os objetos de estudo.

Posto também, a essencialidade do pesquisador e a necessidade de um olhar amplo sobre a realidade social em estudo (organização social das mulheres extrativistas), a pesquisa assumiu a multireferencialidade na discussão teórica e análise empírica. A escolha da multirreferencialidade como o método epistemológico se deu por melhor caracterizar a construção dessa dissertação, desde a problematização da pesquisa às observações investigativas realizadas no estudo.

É necessário compreender a análise multireferencial como sendo:

[...] una lectura plural, bajo diferentes angulos, de los objetos que quiere aprehender, em funcion de sistemas de referencias supuestamente distintos, no reductibles los unos a los otros [...] Por consecuencia, desde el punto de vista del saber, le interesa tanto al psicologo como al psicologo social, al economista como al sociologo, al losofo como al historiador, etcetera. En el plano de la accion, se advierten multiples competencias necesarias tanto para la inteligência practica como para la gestion de situaciones concretas. Solo se puede esperar emprender seriamente el analisis de tales practicas a partir del reconocimiento de su complejidad y, por consecuencia, de una comprension considerablemente re trabajada del status de su opacidad (ARDOINO, 1991, p.1).

Isto é, a perspectiva multireferencial pode ser vista como uma ferramenta a leitura plural sobre o objeto e a realidade estudada a partir de várias referências, onde se busca “[...] apreender a realidade (se isto for possível) através e a partir de visões e sistemas de referencias diversos, irreduzíveis, expressos por linguagens distintas, de modo a capturar o menos reducionista possível a complexidade da situação em estado de pesquisa” (BURNHAM, 2007, p. 3).

Sendo assim, este trabalho assumiu o estudo multireferencial na construção teórica da pesquisa, que foi realizada a partir de uma revisão de literatura embasada em uma pesquisa bibliográfica interdisciplinar e a interação de visões diversas sobre os temas: mulheres rurais; gênero; organização social e capital social, associativismo rural; economia solidária; mulheres rurais e trabalho associado. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da busca, leitura e fichamentos de livros, teses, dissertações, variados periódicos; artigos científicos e artigos em meio eletrônico.

3.3. COLETA DE DADOS

O uso de vários instrumentos de coleta de dados permite ao pesquisador ter diferentes visões sobre o objeto de estudo. Assim, terá perspectivas diferentes e ao mesmo tempo complementares para investigação e compreensão dos sujeitos e os fatos sociais ocorridos com o grupo pesquisado, pois a utilização de diversas fontes de dados permite, segundo Yin (2001, p. 121), “[...] o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, um processo de triangulação”, onde os dados convergem em um formato de triângulo.

Em estudos de caso, Yin (2010) elenca pelo menos seis principais meios de coleta de dados primários e secundários; 1) entrevistas; 2) observação direta; 3) observação participante; 4) registros em arquivos 5) documentação e, 6) artefatos físicos.

Na fase de coleta de dados foram utilizados alguns desses instrumentos como principais meios de coleta de dados primários e secundários, trata-se da “observação direta”, da “entrevista”, mais especificamente as entrevistas semiestruturadas, com “registros em áudio” e a “pesquisa documental”.

3.3.1. Observação direta

A observação direta é um método útil à coleta de dados primários, utilizada segundo Boni e Quaresma (2005) para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade dos quais os indivíduos não têm consciência, mesmo orientando seus comportamentos e que são vistos pela visão do pesquisador. Por sua vez, o pesquisador deve “[...] ter sensibilidade para perceber as coisas onde elas não são aparentes ou reveladas, porque [...] todas as situações vivenciadas pelo pesquisador são de igual importância, cada momento de silêncio ou de fala, manifestações frequentes ou raras, ocasionais ou constantes” (CARVALLHO, 2008, p.42).

Posto isto, o método de observação direta se apresentou como importante instrumento na coleta de dados nesse estudo de caso, sendo realizado na fase exploratória da pesquisa, durante as visitas à “Associação Aroeira”, na “Unidade de Beneficiamento Artesanal da pimenta rosa” e em uma das “áreas extrativistas” e posteriormente, durante a fase de realização das entrevistas.

Ao todo foram realizadas quatro viagens ao município de Piaçabuçu, Alagoas, em visita a “Associação Aroeira”. Duas delas anteriores a esta pesquisa, no decorrer do segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017. Nesse momento houve um contato inicial com os sujeitos e lócus da pesquisa. Durante estas duas primeiras visitas, foi possível acompanhar alguns dos processos produtivos e, também, a realização de conversas informais com o técnico do Instituto Ecoengenho e atual projetista da Associação e com duas sócias-fundadoras, sendo uma delas atual presidente da Associação.

Posteriormente ocorreu mais duas visitas, uma no mês de agosto de 2019 e a outra em novembro de 2019, durante a execução dessa pesquisa. Nesse momento houve maior aprofundamento do estudo, estabelecendo contatos mais próximos com as sujeitas da pesquisa (as mulheres extrativistas associadas), com acompanhamento de um dia de trabalho e um dia um curso de capacitação técnica do qual as mesmas estavam participando. Também foi planejado, junto a diretoria e as associadas, um cronograma para realização das entrevistas, que também ocorreram no decorrer dessas duas últimas visitas.

Desde modo, as evidências e resultados da pesquisa são também frutos de observações e acontecimentos identificados no decorrer das visitas de campo, devidamente registradas em diário de campo para confrontar as informações com os dados coletadas pelos demais instrumentos utilizados.

3.3.2. Entrevistas Semiestruturadas

A entrevista se caracteriza como um dos principais instrumentos de coleta de dados nessa pesquisa. Para Haguette (1997, p.86) pode ser definida como sendo um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Optou-se pelas entrevistas por ser vistas nos estudos metodológicos, como um dos principais instrumentos na coleta de dados em pesquisas qualitativas e estudos de caso. E como observa Gil (2008), a entrevista permite melhor compreensão do problema, é possível gerar hipóteses e fornecer elementos para a coleta de dados, ao mesmo tempo, que é utilizada para investigar um tema em profundidade como nas pesquisas qualitativas. A entrevista também é comumente

utilizada “[...] na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p.84).

Quanto ao tipo de entrevista utilizado, foi definida a entrevista semiestruturada, por melhor se adaptar aos objetivos, os sujeitos entrevistados e ao contexto da pesquisa. As entrevistas com esse formato são realizadas por meio de um roteiro (formulário de entrevista) com perguntas abertas e fechadas, previamente estabelecidas por algumas linhas de investigação inicial, mas que vão se moldando e se adequando com o desenrolar da pesquisa, por ser uma proposta mais flexível. Quanto a isso, Alves e Dias da Silva, (1992 p.64) esclarecem que:

[...] esse formato pede também uma formulação flexível das questões, cuja sequência e minuciosidade ficarão por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui naturalmente no momento em que entrevistador e entrevistado se defrontam e partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos.

As entrevistas ocorrem, como citado anteriormente, na terceira e quarta visita a “Associação Aroeira”, seguindo um formulário com questões abertas e fechadas previamente definidas e que compõem o roteiro das entrevistas. Posteriormente, foi constatada a necessidade de reformulação desse roteiro após a realização das primeiras dez entrevistas realizadas em agosto de 2019, seguindo assim, a adequação das questões propostas para facilitar a compreensão das entrevistadas e para captar informações na segunda fase das entrevistas (ocorridas em novembro 2019) que ficaram fora do roteiro inicial.

O formulário das entrevistas foi dividido em blocos, com a finalidade de conhecer: a) perfil das associadas; b) processo de organização social das mulheres; c) percepção das mulheres sobre o trabalho associado; d) histórico das mulheres no extrativismo de pimenta rosa; e) forma de manejo das áreas extrativistas; e) cadeia produtiva da pimenta rosa e o sistema de beneficiamento e agroindustrialização de alimentos adotado na ‘Associação Aroeira’; f) canais de comercialização acessados pelas extrativistas associadas; g) formas de geração de renda; h) percepção das mulheres sobre a organização social; e por fim i) percepção das mulheres sobre a melhoria de suas condições de vida material e suas condições sociais.

Foram realizadas dezessete entrevistas no total, concedidas pelas mulheres associadas que apresentaram disponibilidade durante as visitas de campo e concordaram previamente em participar da pesquisa seguindo o acordo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos.

Também foram realizadas mais duas conversas informais com a atual presidente da Associação e com o técnico do Instituto Ecoengenho e atual assessor técnico da Associação para sanar dúvidas que surgiram com as entrevistas a respeito do processo de organização social do grupo, sobre o projeto Aroeira e sobre os novos projetos que estão em execução e sobre algumas questões gerenciais e do processo produtivo da Associação.

Com a finalidade de manter o sigilo da identidade das mulheres entrevistadas e atendendo também as normas do Comitê de Ética, os nomes foram substituídos pelos números das entrevistas (de E1 até E17).

Quadro 1: Caracterização das sujeitas participantes das entrevistas e seus respectivos cargos na “Associação Aroeira”, em Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Sujeitas de pesquisa | Cargo/ Função |
|----------------------|---|
| E1 | Associada |
| E2 | Ex-associada (em retorno à associação) |
| E3 | Recém-associada |
| E4 | Conselho fiscal |
| E5 | Associada |
| E6 | Recém-associada |
| E7 | Recém-associada |
| E8 | Ex-associada/ sócia-fundadora (em retorno a associação) |
| E9 | Associada |

| | |
|-----|---|
| E10 | Associada |
| E11 | Diretora presidente/ sócia-fundadora |
| E12 | Conselho fiscal/ sócia-fundadora |
| E13 | Conselho fiscal |
| E14 | Ex-associada/ sócia-fundadora (em retorno a associação) |
| E15 | Conselho fiscal |
| E16 | Associada |
| E17 | Recém-associada |

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

As entrevistas contemplaram um perfil diversificado do grupo, sendo realizadas com sócias-fundadoras; associadas; membros do conselho e da diretoria; recém-associadas e ex-associadas, que estão reingressando na associação. A maioria delas participa a cerca de três anos da Associação. Há algumas recém-associadas que estão a menos de um ano e um pequeno grupo de sócias-fundadoras, que estão a sete, oito e nove anos, respectivamente.

3.3.3. Pesquisa Documental

Na coleta de dados secundários também foram realizadas algumas pesquisas documentais, a partir da análise de registros relevantes junto à “Associação Aroeira”, onde foram buscadas informações sobre o processo de idealização, articulação dos atores sociais, elaboração e execução do projeto, bem como informações pertinentes ao processo gerencial da Associação. Esta etapa foi realizada a partir do Caderno Técnico do “Projeto Aroeira” do Instituto Ecoengenho (2011) e a partir das atas e documentos da Associação.

3.4. ANÁLISE DOS DADOS

A sistematização dos dados coletados pelos diferentes procedimentos utilizados seguiu duas orientações. Em relação aos dados quantitativos, estes foram sistematizados e tabulados para organização das informações coletadas e os resultados são apresentados no texto predominantemente, na forma de tabelas. Já os dados qualitativos frutos das entrevistas e observações *in loco* foram analisados a luz da análise qualitativa, a partir de um “[...] processo indutivo a respeito do universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa” conforme esclarece Alves e Silva (1992, p.61). E nesse sentido as falas das sujeitas entrevistadas fizeram parte da redação do texto, sendo interpretadas a partir das concepções teóricas utilizadas.

Ambas as formas de análise contribuíram para uma melhor compreensão, descrição e análise dos dados e informações coletadas de maneira complementar e convergentes, visando atender o objetivo proposto inicialmente.

4. DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA

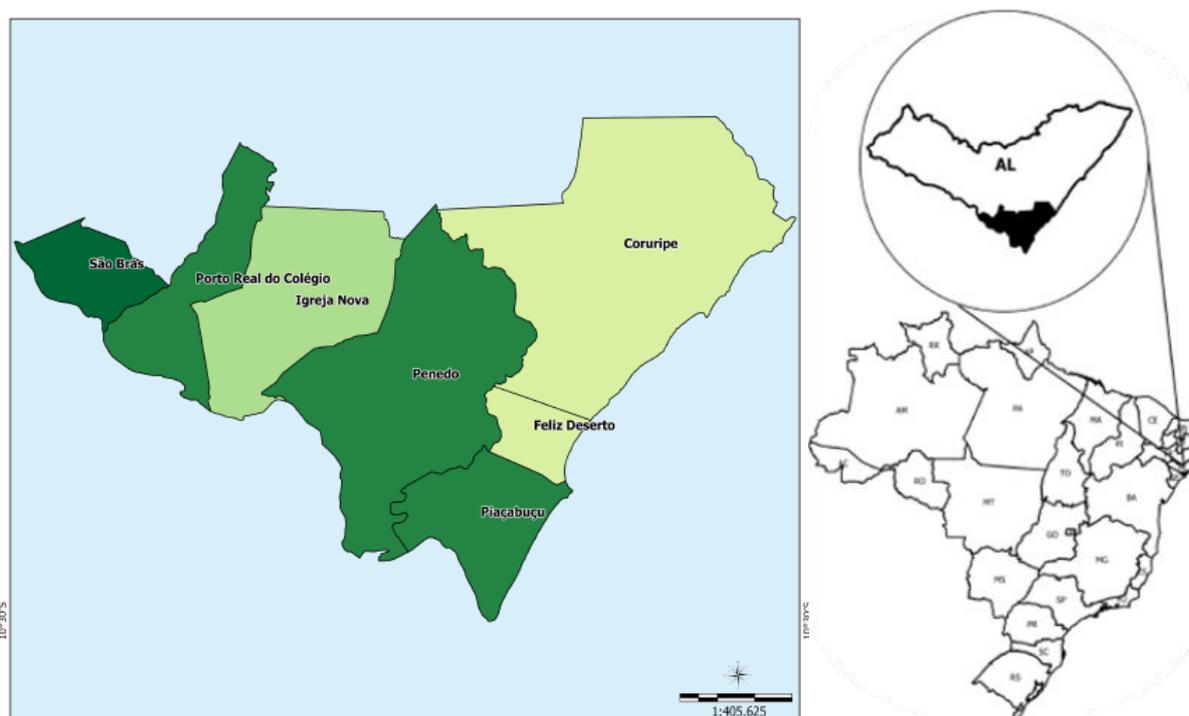
Nesse capítulo são apresentados os dados coletados a partir do formulário de entrevista, juntamente com a transcrição das falas das mulheres entrevistadas; os dados coletados a partir das observações diretas *in loco* e registradas no diário de campo e por fim os dados inerentes à pesquisa documental.

No corpo do texto que segue abaixo, há inicialmente uma breve caracterização do município de Piaçabuçu e sua comunidade extrativista; uma descrição do histórico do “Projeto Aroeira” e da “Associação Aroeira”; uma caracterização socioeconômica das mulheres extrativistas da aroeira e uma análise sobre os aspectos da organização social e do trabalho associado. Em seguida há uma discussão verificando se houve melhorias nas condições de vida das mulheres extrativistas após se associar.

4.1.A COMUNIDADE EXTRATIVISTA DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU E O “PROJETO AROEIRA”

O município de Piaçabuçu localiza-se no litoral sul alagoano e abriga a foz do Rio São Francisco¹², fazendo parte do Território do Baixo São Francisco em Alagoas (BSF), como demonstra **figura 2**.

Figura 2: Localização geográfica do Município Piaçabuçu no Território do Baixo São Francisco, Alagoas, Brasil, 2019.



Fonte: CGMA/SDT/MDA, (2015). Recuperado em out. 2019 em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_175_Baixo%20S%C3%83%C2%A3o%20Francisco%20-%20AL.pdf>.

O território de Piaçabuçu integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica alagoana, abrigando em seu território duas APAS'S, a APA de Piaçabuçu (em nível federal) e a APA de Marituba do Peixe (em nível estadual). De acordo com Menezes *et al.* (2004), a Área de Proteção Ambiental (APA) cobre 18.800 (78, 33%) ha do município de Piaçabuçu e destina-se a preservação da vida silvestre e a proteção dos recursos naturais locais.

¹² O Rio São Francisco é um curso de água de grande relevância econômica, social e cultural na região Nordeste, principalmente para as comunidades pesqueiras como ocorre em Piaçabuçu, Alagoas.

Desta maneira, o território natural de Piaçabuçu é rico em biodiversidade, tanto na fauna como na flora, o que torna o Extrativismo Vegetal de Produtos Florestais Não Madeireiro (PFNM) acontecer naturalmente na região, devido a grande variedade de ervas e espécies frutíferas presente na região, que possuem valores ambiental e cultural local que podem exploradas e valorizadas economicamente. Desde modo, o extrativismo é uma atividade cultural e tradicional na região, caracterizando a comunidade pela cultura extrativista.

Todavia, o município possui grande parte da população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Gomes et al. (2013) analisa que a região denominada como “Baixo” São Francisco pelo aspecto geomorfológico acaba se remetendo também, por analogia, ao termo ‘baixo’ em referência aos indicadores sociais e econômicos desfavoráveis existentes na região, por vários aspectos, entre eles a concentração fundiária e altos índices de pobreza, que reduzem as oportunidades de melhoria das condições de vida da população local.

O município de Piaçabuçu, com base no último Censo (2010) possuía 17.203,00 habitantes, destes 49,21% viviam em condição de pobreza, com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a R\$140,00, e 23,35% da população se encontrava em condições de extrema pobreza, totalizando 72,52% da população em situação de vulnerabilidade social e econômica. O índice de Gini foi de 0,55 e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,572 se encontrava na faixa de baixo IDH. No quesito de educação, no censo de 2010, havia no município, uma taxa de 40,1% de analfabetos na população adulta (com 25 anos ou mais), embora o índice tenha caído 22,91% nas últimas duas décadas (PERFIL MUNICIPAL, 2013).

Posto isto, diante das problemáticas existentes, como a situação de vulnerabilidade socioeconômica e as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, sua população detém uma lógica reprodutiva de múltiplas atividades para sua subsistência, a maioria delas sazonais, que se complementam. Atuam principalmente na atividade pesqueira e serviços ligados ao setor turístico e ao extrativismo, que são atividades econômicas exploradas pelas características específicas da região e pelas condições naturais existentes. Além destas, elas prestam serviços a terceiros em propriedades rurais e na área urbana.

Quanto à atividade extrativista, ela se apresenta como uma das principais estratégias para subsistência das comunidades rurais locais. Um dos principais produtos extrativistas é a pimenta rosa – fruto de árvore nativa da Mata Atlântica conhecida popularmente como Aroeira-vermelha ou Aroeira-Rosa (**Figura 3**), que possui alta incidência na região.

Figura 3: Árvore e fruto da Aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius raddi*), Piaçabuçu, Alagoas, 2019.



Foto: Maciel (2019).

Com base no levantamento realizado pelo Instituto Ecoengenho (2011), a produção de pimenta rosa no Brasil gira em torno de 300 toneladas, grande maioria desta produção é destinada para o setor externo, tendo em vista que 70% da produção são destinadas a exportação. Os principais estados produtores do país são Espírito Santo, Rio de Janeiro e os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, que compreende a região do Baixo São Francisco (BSF). No Espírito Santo a maior parte da produção provém do plantio, e não somente do extrativismo, já na região do BSF a pimenta rosa deriva exclusivamente do extrativismo de coleta e estima-se um potencial superior a 20 toneladas por safra.

A pimenta rosa se destaca como produto no mercado europeu para dar refinamento e sabor aos pratos de alta gastronomia, seu uso na culinária francesa elevou o status da especiaria. No país, de maneira geral, a pimenta rosa é um condimento pouco conhecido, sendo mais disseminado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em Alagoas o uso da especiaria é baixo. Dados de 2011 demonstram que havia apenas alguns restaurantes que demandavam a especiaria, sendo comercializada somente por uma rede de supermercado local, cujo produto é adquirido de fornecedores do sudeste do país (Instituto Ecoengenho, 2011).

4.2. HISTÓRICO DA “ASSOCIAÇÃO AROEIRA”

A “Associação Aroeira” se originou por meio do “Projeto Aroeira”. Este projeto se caracteriza como um projeto social desenvolvido por uma organização não governamental (ONG), denominada Instituto Ecoengenho e sua materialização foi possível por meio de financiamento do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, aprovado por Edital Público em 2010.

A ONG com sede em Maceió, Alagoas trabalha no estado com o desenvolvimento de projetos de geração de renda em regiões de vulnerabilidade à pobreza. O instituto ganhou bastante notoriedade com a premiação do projeto H2Sol Água Solar, caracterizado como uma tecnologia social aplicada ao desenvolvimento sustentável no município de São José da Tapera, no semiárido alagoano e financiado pela fundação Fiorello H. LaGuardia (LGF), sediada na cidade de Nova York.

O “Projeto Aroeira” surgiu pelo reconhecimento das potencialidades socioambientais e a cultura extrativista local, ao mesmo tempo, o Instituto identifica uma comunidade com alto índice de vulnerabilidade socioeconômica. Desta forma, o projeto em ação até 2014 (período de incubação) surgiu com objetivo de desenvolver um modelo de gestão sustentável para coleta da pimenta rosa na região do Baixo São Francisco (Piaçabuçu, Penedo, Santana do São Francisco e Neópolis) dominando a sua cadeia produtiva, contribuindo para a preservação da mata ciliar do rio São Francisco e agregando valor ao produto final, através do desenvolvimento de nichos especiais de mercado (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011), como apresentado no **quadro 2**.

Quadro 2: Estratégias do “Projeto Aroeira” para gestão da cadeia produtiva da pimenta rosa, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Estratégias | Caracterização |
|---|---|
| Organização da comunidade extrativista | A primeira fase do projeto se ateve à mobilização e organização da comunidade extrativista. Foram identificadas lideranças locais e cadastrados 500 extrativistas para verificação do potencial do público alvo. Nessa fase, ocorreram encontros e capacitações focados no associativismo, na coleta extrativista, no processamento artesanal da pimenta rosa e a fundação da “Associação Aroeira”. |
| Adequação das técnicas de coleta | As técnicas de coleta adotadas visam boas práticas ao manejo das áreas extrativistas, como: definição das áreas de coleta e ponto de maturação adequado; uso de equipamentos de corte e de poda adaptados. Também cerca de 20% dos frutos de cada árvore não devem ser coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local. |
| Domínio total da cadeia produtiva | Foi orientada pela inserção dos extrativistas em todas as etapas da cadeia produtiva, desde a coleta extrativista a comercialização final, a partir da criação do sistema de beneficiamento. |
| Desenvolvimento de sistema de beneficiamento coletivo | O sistema de beneficiamento é artesanal e baseado no manejo ecológico dos recursos naturais e no uso de energias renováveis. O processo produtivo faz uso de elevada mão de obra, necessárias aos vários processos de: coleta, separação, lavagem, secagem, desidratação, seleção, envase e rotulagem. A unidade possui capacidade de beneficiar uma tonelada de pimenta por mês. |
| Agregação de valor e acesso ao comércio justo | A agregação de valor ao produto final dar-se pelo processo de beneficiamento da pimenta rosa, e a comercialização direta realizada por meio da associação. Atualmente a pimenta é comercializada em unidades de 30 gramas por R\$10/unidade - valor pago pelo consumidor final, também é feita a venda em granel por R\$130,00 kg, este valor confrontado ao valor pago pelos atravessadores (R\$1,50 kg) equivale ao incremento de renda 8.600%. |

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Nota: Dados da pesquisa de campo e do caderno técnico do Instituto Ecoengenho (2011).

Inicialmente foram cadastrados 500 extrativistas, mas durante a condução do projeto maior parte dos extrativistas se afastou e não consolidou sua organização na Associação, que foi fundada com 48 membros (33 do sexo feminino e 15 do sexo masculino). Menos de 10% do público alvo cadastrado de fato se integrou ao grupo organizado pela “Associação Aroeira”. Atualmente a Associação possui oitenta e cinco (85) extrativistas/associados, deste total (71 membros são do sexo feminino e 14 membros do sexo masculino). Registro da Associação, no entanto, que atuantes na condução de suas atividades há somente 30 membros, também sendo sua grande maioria mulheres.

Em 2011 foi fundada a sede da Associação e a unidade de beneficiamento da pimenta rosa. A “Associação Aroeira” como sendo um empreendimento de autogestão possui um quadro administrativo composto pelas próprias extrativistas, que são responsáveis pela gestão do sistema administrativo e operacional da unidade. A Associação possui estatuto social e sua estrutura organizacional é definida por voto dos membros associados a cada quatro anos, sendo assim formada por: (i) Conselho Fiscal, que é o um órgão consultivo com três conselheiras; (ii) Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, que tem caráter deliberativo e (iii) Administração da Associação, que é composta pela diretora/presidenta, um tesoureiro e a vice tesoureira.

A sede da Associação e a unidade de beneficiamento (**figura 4**) foram construídas em terreno cedido pelo Município de Piaçabuçu, Alagoas. A estrutura foi construída com 300m² onde se faz o processo de beneficiamento da pimenta rosa. O processo produtivo é realizado com base em tecnologias renováveis (energia termosolar e fotovoltaica). A unidade é equipada ainda com duas estufas de desidratação termosolar e possui mais uma estufa a gás liquefeito de petróleo (GLP), somente utilizada como reserva para dias com pouca insolação. Há também uma estufa externa utilizada para pré-secagem para as épocas de safra, quando há uma grande quantidade da pimenta. Os painéis termosolares geram calor para as estufas de desidratação da pimenta e as placas fotovoltaicas instaladas na associação geram energia elétrica, que alimentam o funcionamento das bombas d'água e ventiladores (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011).

Figura 4: Sede da Associação Aroeira e Unidade de Beneficiamento artesanal da pimenta rosa, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.



Fotos: Maciel (2019).

De acordo com levantamento realizado por Mombelli (2019), entre 2011 e 2014 durante a execução, o projeto recebeu o aporte aproximado de R\$ 4 milhões. Nessa fase, o Instituto Ecoengenh se encarregaria da criação dos canais de comercialização e tinha a intenção de abrir um canal de venda que fosse também vitrine do produto final beneficiado pelas extrativistas, como os supermercados, lojas especializadas, restaurantes e hotéis de luxo. No entanto, estes mercados não foram efetivamente consolidados. A demanda foi baixa e as vendas não se mantiveram quando de fato passou a serem realizadas diretamente pelo grupo extrativista associado.

Por meio dos relatos das sócias fundadoras, associadas e diretoria sobre o histórico da Associação é possível traçar dois períodos de tempo quanto à condução da “Associação Aroeira”. A primeira fase (2010-2014) faz referência à implementação do projeto e a incubação da Associação pela ONG. Neste momento, a Associação tinha todas suas atividades financiadas pelo fundo da Petrobras, também recebia orientações e apoio técnico na condução dos negócios, abertura de mercados, capacitação e formação do pessoal quanto à profissionalização no

extrativismo e a cultura associativa. As dificuldades existentes a um novo empreendimento foram administradas pela Ong. Além disso, as primeiras vendas da pimenta beneficiada possuíam valor consideravelmente elevado, quando comparado ao preço praticado pelos atravessadores (intermediários da cadeia produtiva). Esse cenário criou novas perspectivas aos extrativistas.

A segunda fase, que começa em 2015 com a finalização do “Projeto Aroeira”, caracteriza-se pela condução da Associação e unidade de beneficiamento feita exclusivamente pelas extrativistas associadas, por meios de seus recursos, capacidade operacional e habilidades próprias. Essa fase de transição seguiu com várias dificuldades, como a falta de capital de giro e aporte financeiro; dificuldades na comercialização da pimenta rosa e conflitos internos entre membros e com a gestão, que implicou nas desistências de grande parte do grupo extrativista associado.

Corroborando com estes resultados, Mombelli (2019) cita algumas fragilidades na condução do empreendimento no período de transição que também foram confirmados nesse estudo, como: a ausência de um mercado consolidado para o produto beneficiado; falta de conhecimento da gestão e associadas sobre o mercado e compradores; bem como, internamente surgiram crises internas com a gestão da associação, resultando na troca de diretoria e desassociação de extrativistas fundadoras.

A instabilidade financeira da Associação agravada pelas crises internas elevou a desmotivação do grupo, dificultando a permanência das extrativistas no empreendimento. Grande parte delas preferiu manter a venda da pimenta aos atravessadores, mesmo ofertando a um preço bem inferior (atualmente por R\$3,50/kg), comercializados sem nenhuma valorização do produto. Durante as safras, a maioria da comunidade extrativista não associada ainda recorre aos atravessadores que compram em alto volume e faz o pagamento no ato da compra.

Há um consenso entre gestores e as associadas que o principal problema do empreendimento atualmente é o baixo aporte financeiro, ocasionando a falta de capital de giro para condução do beneficiamento da pimenta rosa e a impossibilidade de favorecer a comercialização de um volume maior do produto ou parte da produção de outras extrativistas via Associação. Isso tem contribuído para que as extrativistas recorram à venda aos atravessadores. Ressalta-se que, não cabe à Associação comprar o produto beneficiado, mas precisa de capital para

antecipar parte do valor monetário corresponde ao produto entregue pelas extrativistas, enquanto não ocorre a totalidade das vendas que vêm ocorrendo nos últimos dois anos com menor frequência e em quantidades reduzidas.

A “Associação Aroeira” possui atualmente dois sistemas de comercialização da pimenta rosa, caracterizados como circuitos curtos de comercialização, pelo número reduzido de intermediários (podendo ter até um) nas relações mercadológicas de compra e venda de mercadorias. Dentre os canais curtos acessados pela Associação, funciona o sistema de venda indireta a partir de parceria com comerciante da área turística da Foz do Rio São Francisco. Quanto ao sistema de venda direta, há a venda para os consumidores finais por encomenda e nas feiras livres.

A Associação também já teve experiências positivas com os circuitos internacionais de comércio justo durante execução do “Projeto Aroeira”, com vendas da pimenta rosa para Itália e França. Atualmente estes canais não são mais acessados e continua sendo um dos desafios do empreendimento para consolidação do seu mercado, embora possua um grande potencial.

A Associação também acessa os mercados de compras institucionais do governo federal: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de aquisição de Alimentos (PAA), para comercialização dos demais produtos agroindustrializados na Associação a partir do projeto de agroindustrialização de alimentos. Atualmente, este setor tem possibilitado a geração de renda de forma mais frequente ao longo do ano e de forma bastante diversificada, com a produção e comercialização de bolos, doces, tapioca, pizzas de mandioca e pães.

Esse projeto faz parte das estratégias criadas a partir de 2015, descritas no **quadro 3** para a permanência da Associação e de suas atividades ativas, sobretudo, para manter a geração de renda do grupo associado ao longo do ano. Estas estratégias foram lideradas pela nova presidência e o assessor técnico da associação, que é o atual companheiro da presidenta, ex-membro do Instituto Ecoengenharia e um dos realizadores do “Projeto Aroeira”.

Em execução há o projeto de agroindustrialização de alimentos, criado em meados de 2016 e o “Projeto Ecocozinhar” lançado em 2019 e que se encontra em fase de execução. Há ainda o projeto aprovado para execução em 2020 de Educação Ambiental e Reflorestamento, denominado “Bosque Berçário das Águas” e o “Projeto Mulheres, mães que alimentam”.

Quadro 3: Descrição dos projetos socioambientais e de geração de renda desenvolvidos pela “Associação Aroeira”, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Projetos | Caracterização |
|--|---|
| Agroindustrialização de alimentos 2016 | <p>Realizado por meio de financiamento feito por meio de parceria da associação e a prefeitura municipal para produção e comercialização de produtos agroindustrializados via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de aquisição de Alimentos (PAA).</p> <p>É conduzido por um grupo de mulheres extrativistas associadas e novas extrativistas e agricultoras familiares que se integraram ao projeto para produção de bolos, doces, tapioca, pizzas com massa de mandioca e pães, também comercializados em feiras locais. Essa nova atividade faz o uso de produtos da agricultura familiar, como a mandioca e leite. O contrato inclui também compras de frutas, legumes e verduras.</p> <p>Atualmente essa atividade é a única que gera renda ao longo do ano de forma mais frequente. Os contratos são trimestrais e renovados dependendo das condições e necessidades do município.</p> |
| “Ecocozinhar” 2019 | <p>Visa o beneficente e agregação de valor as frutas e ervas do agroextrativismo local e demais produtos da região. Com financiamento do Ministério da Cidadania e Governo Estadual, o projeto tem a finalidade da construção de uma cozinha industrial e a capacitação das associadas para torna-se chefes de ecocozinhas para produção de doces, geleias, bolos e pães.</p> <p>A construção da cozinha está em fase final e o curso capacitação encontrasse em andamento e tem potencial para beneficiar mais 50 mulheres extrativistas, agricultoras e demais mulheres participantes.</p> |
| “Mulheres, mães que alimentam” 2020 | <p>Projeto foi criado em parceria com Cooperativa dos Agricultores Familiares e dos Empreendimentos Solidários (COOPAIBA), e da Associação Aroeira, conta com apoio também da Cooperativa de pesca, Colônia de pescadores e prefeitura municipal. Tem a finalidade de produção de bolos e doces visando o mercado local. O projeto conta com uma bolsa incentivo de R\$150,00 para cada participante do projeto e tem previsão de implementação primeiro semestre de 2020.</p> |
| “Bosque Berçário das Águas” 2020 | <p>Objetiva reflorestar a mata ciliar da região da foz do rio São Francisco (nos municípios de Piaçabuçu e Penedo) recuperando o ecossistema nativo com foco no extrativismo sustentável e educação ambiental dos beneficiários. Possui recurso de 2 milhões para construir um viveiro para produção de mudas de essências nativas e</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>implantar o bosque berçário. Acredita-se que o projeto gerará inicialmente vários postos de trabalho na fase de execução do mesmo, bem como, no longo prazo, visa-se o cultivo e beneficiamento de novas espécies de frutas que serão plantadas, gerando assim, novas possibilidades de geração de renda para a comunidade.</p> |
|--|---|

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Figura 5: Curso de chefes de ecocozinhas do “Projeto Ecocozinhar” para as mulheres associadas, Associação Aroeira, Alagoas, 2019.



Fotos: Maciel (2019).

Ambos os projetos visam angariar fundos para continuidade das atividades da associação, buscando fortalecer as extrativistas associadas e demais atores envolvidos. As expectativas da diretoria da “Associação Aroeira” são de que os novos projetos gerarão novos posto de trabalho e geração de renda para a comunidade extrativista e demais atores locais. Os recursos dos novos projetos e as receitas obtidas com as novas atividades estruturarão financeiramente o empreendimento, formando mais capital de giro para fomentar sua principal finalidade que é o beneficiamento da pimenta rosa e gestão de sua cadeia produtiva.

4.3. AS MULHERES EXTRATIVISTAS DA AROEIRA

As mulheres rurais possuem perfis socioeconômicos e culturais bastantes heterogêneos, diante do ambiente, das áreas que habitam e das atividades que desempenham, refletindo de acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2019) a pluralidade do espaço rural. As mulheres organizadas pela “Associação Aroeira” são predominantemente negras, da área rural e vivem numa região litorânea - área de ocorrência natural da aroeira e outros variados produtos extrativistas da biodiversidade local.

Afiliadas em sua maioria aos programas sociais do governo – como o Bolsa Família e Seguro Defeso¹³, elas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e também pela mobilização de recursos monetários e não monetários para garantia de subsistência da família. Entre o grupo associado, as mulheres entrevistadas possuem idade que varia entre 20 e 50 anos, a maior parte delas é casada e possui uma minoria de divorciadas ou mães solteiras e com exceção de uma delas, todas são mães, com um número que variam entre 1 a 5 filhos.

Elas possuem baixo nível de instrução, 8 delas (47% do grupo) possuem apenas o ensino fundamental incompleto e muitas delas são semianalfabetas, sabendo apenas assinar o nome. Analisando a totalidade de escolaridade do grupo entrevistado 13 delas (77%) não chegaram a finalizar o ensino médio, com exceção de uma extrativista (atual presidenta da Associação), que está cursando o ensino superior, como mostra **tabela 1**.

Tabela 1: Distribuição das mulheres extrativistas associadas quanto ao nível de escolaridade, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| ESCOLARIDADE DAS MULHERES ASSOCIADAS | Nº | % |
|---|-----------|------------|
| F. Incompleto | 8 | 47 |
| F. Completo | 1 | 6 |
| M. Incompleto | 4 | 24 |
| M.completo | 3 | 18 |
| E. Superior incompleto | 1 | 6 |
| Total | 17 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa (2019).

¹³ Benefício social do governo federal destinado à remuneração ao Pescador Artesanal durante o período em que fica impedida a pesca, medida tomada para preservação das espécies.

O trabalho da mulher extrativista da aroeira inclui o cuidado da casa, dos filhos, quintais e animais domésticos, a pesca e o agroextrativismo. As principais atividades econômicas que desempenham estão ligadas ao extrativismo de coleta, como a pesca e demais serviços ligados ao setor pesqueiro e ao extrativismo florestal não madeiros de frutas e sementes. O trabalho assalariado entre elas é pouco comum, quando ocorre é por curtos períodos e informalizados, na forma de diaristas, babas e cozinheiras.

Elas se autodenominam em sua maioria como ribeirinhas extrativistas. Essa autodenominação ocorre principalmente em função do território que habitam e das funções que desempenham – situadas à margem do Rio São Francisco e envolvidas com a pesca e também a coleta extrativista em suas matas ciliares, historicamente, as mulheres tem mantido papel principal no agroextrativismo local. Identifica-se que todas elas com exceção de duas associadas que não realizam a coleta da aroeira, em algum momento da sua vida já realizaram a coleta de frutas ou então da aroeira, mesmo nos casos em que as entrevistadas não se autodenominavam como extrativistas. Esse caso foi verificado com uma associada mais jovem (21 anos), que se autodenomina como estudante, mas relata desde criança fazer a coleta de frutas para o autoconsumo.

Tabela 2: Distribuição das mulheres extrativistas associadas, em função da origem e da sua autodenominação, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Autodenominação das mulheres | Rural | Urbano | Total |
|---|--------------|---------------|--------------|
| Ribeirinha | 2 | 3 | 5 |
| Extrativista | 4 | | 4 |
| Extrativista e ribeirinha | 1 | | 1 |
| Extrativista e agricultora familiar | 1 | | 1 |
| Extrativista, ribeirinha e agricultora familiar | | 1 | 1 |
| Agroextrativista | 1 | | 1 |
| Produtora rural | 1 | | 1 |
| Pescadora e catadora | 1 | | 1 |
| Doceira | 1 | | 1 |
| Estudante | 1 | | 1 |
| Total | 13 | 4 | 17 |

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Ressalta-se ainda que, a agricultura familiar embora seja praticada no município e por algumas entrevistadas (3), apenas uma delas se autodenomina como produtora rural. Isto pode ser explicado pelo fato de que agricultura familiar, mesmo que seja importante para subsistência das familiares agroextrativistas, ela não é a principal atividade, bem como, poucas mulheres associadas possuem propriedade rural e autonomia da terra que sempre foi instrumento de disputa e de poder no litoral alagoano, assim como nessa região de Piaçabuçu, onde a propriedade da terra é concentrada na mão de minorias que possuem interesses antagônicos aqueles dos pequenos produtores familiares. Entre as associadas, apenas uma delas possui propriedade e duas delas mantêm uma pequena roça em propriedade cedida por terceiro.

Fruto da Aroeira-vermelha ou aroeira rosa (*Schinus terebinthifolius raddi*), a pimenta rosa é um dos principais produtos extrativistas na região. Mas além da pimenta rosa, há vários outros produtos extrativistas. Geralmente são frutas e sementes comuns na localidade, cuja orientação econômica baseia-se no autoconsumo e na comercialização local por meio de feiras, como descrito no quadro 4.

Quadro 4: Outros produtos extrativistas e sua orientação econômica, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Produtos agroextrativistas (nome científico da espécie frutífera) | Orientação Econômica |
|---|-----------------------------------|
| Manga (<i>Mangifera indica</i>) | Autoconsumo/comercialização local |
| Jenipapo (<i>Genipa americana</i>) | Autoconsumo/comercialização local |
| Cambui (<i>Myrcia laruotteana</i>) | Autoconsumo/comercialização local |
| Araçá (<i>Psidium cattleianum</i>) | Autoconsumo |
| Mangaba (<i>Hancornia speciosa</i>) | Autoconsumo |
| Ingá (<i>Inga edulis</i>) | Autoconsumo/comercialização local |
| Cajá (<i>Spondias mombin</i>) | Autoconsumo/comercialização local |
| João melão (<i>Momordica</i>) | Autoconsumo |
| Coco de piaçaba (<i>obsoleto Palmae</i>) | Autoconsumo |

| | |
|--|-----------------------------------|
| Tamarindo (<i>Tamarindus indica</i>) | Autoconsumo/comercialização local |
| Caju (<i>Anacardium occidentale</i>) | Autoconsumo/comercialização local |
| Maçaranduba (<i>Manilkara bidentata</i>) | Autoconsumo/comercialização local |

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Figura 6: Outros produtos extrativistas das Matas ciliares do Rio São Francisco, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.



Fonte: Jorge Santos (2019).

O ato de coletar frutas, sementes e raízes é uma ação comum na cultura local – ação essa realizada naturalmente pelas mulheres e crianças que seguem as mães na coleta, posto que as análises sobre a divisão social do trabalho no grupo doméstico apontam uma maior responsabilidade das mulheres no extrativismo. Cabe ressaltar, no entanto, que o termo “extrativista” é pouco popularizado na região, sendo mais comum expressão “catadora” - em referencia as mulheres que praticam a atividade extrativista.

A organização da cadeia produtiva da pimenta rosa local e aproximação das mulheres de todo esse processo tem como lado positivo a conquista por parte das mesmas de maior afirmação como extrativistas. A organização das mulheres elevou a atividade ao status de trabalho e a construção da identidade “mulheres

extrativistas da aroeira”. Este maior reconhecimento da atividade extrativista, tanto pelas mulheres, como pelo grupo doméstico ou pela comunidade passa a ocorrer após atuação do “Projeto Aroeira” e a organização das mulheres extrativistas na “Associação Aroeira”.

A partir da associação falar que é extrativista, é vista como uma atividade, que tem nome e é reconhecida. A pimenta rosa como produto a cada ano tem se tornado mais valorizada. Hoje tem pessoas que têm orgulho de falar que faz extrativismo (Presidenta da Associação Aroeira, 2019).

A participação masculina no extrativismo, na maioria das vezes, ocorre apenas com um ajuda as mulheres quando necessita acompanha-las as áreas de coleta. Essa função é exercida na maioria das vezes pelos filhos homens e pelos seus companheiros. Os homens geralmente dedicam-se a pesca ou aos trabalhos temporários no corte de cana-de açúcar ou nos centros urbanos, com predominância na prestação de serviços na construção civil.

Figura 7. Coleta extrativista da pimenta rosa em Piaçabuçu, Alagoas, 2019.



Fonte: Jorge Santos (2019).

A maior habilidade das mulheres com o processo minucioso de coleta e seleção das sementes da aroeira (pimenta rosa) é um dos fatores apontados como justificativas para maior participação das mulheres no extrativismo da aroeira e dos demais produtos extrativistas, em comparação à participação masculina no setor.

A gente tira, vende e as mulheres sabem cuidar mais das frutas, vende direito. As mulheres tem mais conhecimento como tratar (E4).

A mulher se dedica mais, na minha família, aroeira da minha cunhada é uma das melhores da região (E8).

O homem não tem tanta paciência. Porque essa coleta da aroeira é um processo de formiguinha e eles não têm paciência para tá fazendo todo esse processo (E9).

Constata-se ainda que, a maior participação das mulheres pode ser explicada pela situação socioeconômica da população local¹⁴, justificada pela ausência ou pouca oportunidade de trabalho para as mulheres, logo, “[...] esta participação maior de mulheres no extrativismo se deve ao fato das mesmas tentarem reverter sua situação social através da diversificação de atividades para a geração de renda” como reforça (OLIVEIRA, 2016, p.102).

O extrativismo é uma das poucas alternativas para sua geração de renda. Sendo vista pelas associadas como sendo:

[...] uma oportunidade de geração de emprego, que é complicada na região além do trabalho como doméstica ou coleta de camarão e pesca (E1).

[...] uma forma de ganhar um extra, para poder se manter e comprar as coisas para os filhos (E3).

Um meio de ajudar na casa. Fazendo isso ai, indo pra associação, indo colher a pimenta e outras coisas também que a gente faz. Aqui onde a gente mora foram as mulheres que tomaram gosto pelo extrativismo. Os homens são mais apegados à pesca, eles gostam mais da pesca (E13).

Entretanto, é necessário chamar a atenção para as possíveis ameaças do acesso livre das extrativistas as áreas de coleta e a diminuição dos recursos em decorrência da ação de atores externos à atividade, como a especulação imobiliária crescente na região litorânea e os conflitos com os proprietários das terras nas localidades privadas, cujo seus interesses colidem com os das extrativistas e têm criado empecilhos para o acesso as áreas. As mulheres extrativistas da relatam a privação de algumas áreas de coleta da aroeira. Certas áreas (principalmente em fazendas) antes de acesso livre se tornaram mais difíceis de acessar e coletar os frutos por proibição dos donos.

Em casos mais extremos e ambientalmente criminosos, os proprietários têm cortado as plantas para impossibilitar definitivamente a coleta em suas propriedades.

¹⁴ O município de Piaçabuçu, assim como os pequenos municípios interioranos e demais regiões do BSF, possui níveis de desenvolvimento humano baixo e população em situação de vulnerabilidade social e econômica com poucas oportunidades de emprego, principalmente para as mulheres. Grande parcela da população encontra-se informalizados e fazendo trabalhos precarizados. Dados do Perfil Municipal (2018) demonstra que em 2016 havia somente 1.002 pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais (do sexo feminino e masculino), a maioria desses postos de trabalho se concentrou no setor de serviços (907), comércio (85) e muito poucos postos de trabalho oficial no setor agropecuário (9).

Isso tende a impactar diretamente a obtenção de renda e subsistências das mulheres e de seu grupo doméstico, posto que o extrativismo tem como principal função a garantia da renda familiar, além dos danos ambientais as áreas de floresta.

A **tabela 3** mostra as principais razões pelas quais as extrativistas associadas iniciaram a atividade extrativista da aroeira. Constatou-se que a principal motivação foi a possibilidade de geração de renda para sua subsistência e da família, onde a maioria das entrevistadas (65% delas) declarou que o principal motivo foi aumentar a renda familiar.

Tabela 3: Distribuição das mulheres extrativistas associadas de acordo as razões que orientaram a realização do extrativismo da pimenta rosa, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Razões que orientam as mulheres ao extrativismo da pimenta rosa | Nº | % |
|--|-----------|------------|
| Autoconsumo | 0 | 0 |
| Aumentar da renda familiar | 11 | 65 |
| Renda própria | 2 | 12 |
| Oportunidade de trabalho | 1 | 6 |
| Não coleta | 2 | 12 |
| Não respondeu | 1 | 6 |
| Total | 17 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os relatos durante as entrevistas também reforçam que as condições para inserção das mulheres na atividade extrativista não são boas. É mais uma das várias atividades que desenvolvem para subsistência da família e ocorrem pelo desemprego na região e pela necessidade financeira. Contudo, é na Associação que elas enxergam uma possibilidade de melhorar sua situação com o trabalho extrativista.

Foi verificado ainda que, entre o grupo entrevistado, a maioria das mulheres associadas já conhecia a coleta da pimenta rosa antes de se associar (59%) e perceberam que o sistema de beneficiamento da Associação seria uma forma viável para valorizar o trabalho desenvolvido, com a agregação de valor ao produto. Outras 5 delas (29%) tomaram conhecimento sobre a atividade extrativista após se associar, como mostra a **tabela 4**.

Tabela 4: Distribuição das mulheres extrativistas associadas quanto ao conhecimento sobre a atividade extrativista da pimenta rosa, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Descrição | Nº | % |
|---|-----------|------------|
| Já conhecia atividade antes da Associação Aroeira | 10 | 59 |
| Conheceram após a Associação Aroeira | 5 | 29 |
| Não responderam | 2 | 12 |
| Total | 17 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Quanto ao histórico das mulheres no extrativismo, constata-se que o período de tempo em que exercem a atividade varia entre um a vinte anos. Com exceção de duas entrevistadas que não realizam a atividade, 5 (29% delas) já realizavam a coleta antes de se associar, em um período de tempo que varia entre 10 e 20 anos, 3 associadas (18%) realiza a coleta da pimenta rosa pelo menos a 5 anos e outras 7 associadas entrevistadas (41% delas) iniciou a coleta extrativista somente após se associar à “Associação Aroeira”, ou seja realiza a atividade por período inferior a 5 anos como apresentado na **tabela 5**.

Tabela 5: Distribuição das mulheres extrativistas associadas quanto ao período de tempo que realizam a coleta extrativista de pimenta rosa, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Período que as mulheres associadas realizam a atividade extrativista | Nº | % |
|--|-----------|------------|
| 1-5 anos | 7 | 41 |
| 5 -10 anos | 3 | 18 |
| 10 -20 anos | 5 | 29 |
| Não realiza | 2 | 12 |
| Total | 17 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Embora haja no grupo associado extrativistas que já realizavam atividade antes de se associar, a maioria das associadas (41% delas) não praticavam a atividade, somente após o ingresso na Associação. Isso revela que a associação está estimulando a entrada de mais mulheres na atividade extrativista, principalmente a partir dos novos projetos desenvolvidos. Todavia, há um baixo número de extrativistas sócias fundadoras no grupo, são 3 associadas sócias fundadoras atualmente. Isso representa somente 10% do total de membros associados atuantes.

A pesquisa aponta para o fato de que a venda atravessadoras ainda continua sendo a alternativa mais usada pelas extrativistas para comercialização da pimenta rosa, principalmente as extrativistas não associadas. Os problemas financeiros e comerciais do empreendimento descritos do tópico 4.2 são apontados como alguns dos principais entraves para o ingresso de mais extrativistas na Associação, pois o aporte financeiro e de capital de giro ainda limitado impacta na capacidade de favorecer a comercialização da produção de mais extrativistas via Associação.

Ocorre ainda que, as extrativistas não associadas também priorizam a venda aos atravessadores em detrimento do beneficiamento e comercialização via Associação, por ter um retorno monetário mais rápido. Nesses casos, ainda que não gere uma remuneração equivalente ao produto beneficiado, o pagamento é praticado pelos atravessadores de imediato a compra. Esta escolha é priorizada principalmente pelas extrativistas que estão em piores condições financeiras, pois suas necessidades imediatas de renda não suportam esperar o tempo suficiente do processo de beneficiamento e comercialização da Associação.

Outro fato identificado é que as mulheres associadas normalmente não tem interesse ou não se sentem prontas para assumir as novas responsabilidades e atribuições impostas pela Associação, além de suas atribuições do trabalho reprodutivo (os trabalhos domésticos e de cuidado dos filhos ou idosos). Além disso, devido à necessidade de renda imediata e os ganhos por produção na coleta sazonal da pimenta rosa durante as safras as mulheres se atem a produção, não lhes sobra tempo, por exemplo, para se envolver com a vida da organização, como foi verificado e melhor discutido no tópico 4.4.1 deste trabalho.

Este é ponto importante a ser analisado, posto que, o trabalho reprodutivo tende a ser limitante ao envolvimento das mulheres em outras atividades ou possam assumir outras responsabilidades, devido à condição da sobrecarga de trabalho. E

neste caso, “[...] uma atividade coletiva na associação, sem uma negociação da divisão de tarefas em casa, ocasionaria numa sobrecarga para a mulher que já exerce dupla jornada de trabalho” como observa Silva e Valente (2013, p.396).

O trabalho na coleta da aroeira e de beneficiamento, por exemplo, é muito longo. Durante as safras a média de horas gasta por dia é 9,5 horas na coleta e 7,1 horas no processo de beneficiamento. Nas atividades domésticas dentro de casa, as mulheres gastam em média 5,2 horas por dia. Isso representa uma média de 22h de trabalho diário. Essas horas de trabalho representam uma média da jornada diária de trabalho das mulheres entrevistadas e não são feitas simultaneamente, mas demonstram uma grande alta carga horária de trabalho. Além disso, muitas vezes, elas realizam ainda uma série de tarefas e atividades extras para obtenção de renda, como a pesca, os trabalhos domésticos fora de casa, lavagem de roupas e etc.

No caso das mulheres extrativistas associadas, constata-se que não houve mudanças significativas quanto as suas atribuições no trabalho reprodutivo. Os cuidados com a casa e a família continuam sendo sua responsabilidade, que devem ser feitos antes de ir à Associação ou na volta para casa, quando não realizadas pelas mais jovens - geralmente suas filhas. Isso reforça que mesmo as mulheres se inserindo no sistema produtivo, os cuidados da casa não deixam de ser quase que exclusivamente sua tarefa.

Quanto ao nível de renda das mulheres extrativistas associadas, constata-se um nível de renda considerado baixo, uma vez que 35% das associadas entrevistadas pertencem ao grupo com faixa de renda abaixo de meio salário mínimo (0-500 reais), como mostra a **tabela 6**.

Tabela 6: Distribuição das mulheres extrativistas associadas por faixa de renda, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Faixa de renda (R\$) das mulheres associadas | Nº | % |
|--|-----------|------------|
| 0-500 | 6 | 35 |
| 500-1000 | 3 | 18 |
| 1001-1500 | 4 | 24 |
| 1501-2000 | 2 | 12 |
| 2001-2500 | 1 | 6 |
| 2501-3000 | 1 | 6 |
| Total | 17 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa (2019).

É difícil determinar o nível de renda, pois normalmente a renda das mulheres associadas não provém de uma única atividade e sim de várias fontes de renda, embora esporádicas, que se complementam. Há também a renda não monetária que não é contabilizada por elas, mesmo havendo casos em que produzem para o autoconsumo produtos que fazem parte da pauta da alimentação da família (mandioca, feijão, abobora, quiabo, maracujá) ou consomem produtos extrativistas (frutas normalmente).

Contudo, apesar das limitações foi possível determinar que a renda média mensal das mulheres (RMMA) associadas é de R\$996,71 e a renda média mensal familiar (RMMF) é de R\$ 2.196,53. Mas analisar o número por si só não demonstra que a situação é análoga para todas as mulheres entrevistadas, pois há casos específicos extremos que a renda familiar é menor que meio salário mínimo (R\$ 411,00) enquanto a renda familiar de outra associada equivale aproximadamente quatro salários mínimos e meio (R\$ 4.286,00)¹⁵, como demonstra a **tabela 7**.

A **tabela 7**, também demonstra a participação feminina na renda total da família. Desse modo, foi identificado que a renda das mulheres ainda que seja baixa, em geral, tem um peso relevante na composição da renda familiar. Com exceção de três associadas que não possuem renda própria, as mulheres participam com mais de 40%, 60% e até 80% da renda total da família.

¹⁵ Em 2019 na data da pesquisa de campo, o valor de referência para o salário mínimo era de R\$998,00.

Tabela 7: Nível de renda total da família e a participação das mulheres extrativistas associadas na renda familiar total, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Associadas Entrevistadas | Renda das associadas (R\$) | Renda total familiar (R\$) | Participação feminina na renda total familiar (%) |
|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--|
| 1 | 200,00 | 411,00 | 49 |
| 2 | 1.700,00 | 2.698,00 | 63 |
| 3 | 0,00 | 1.340,00 | 0 |
| 4 | 1.200,00 | 1.917,00 | 63 |
| 5 | 1.698,00 | 3.607,00 | 47 |
| 6 | 0,00 | 908,00 | 0 |
| 7 | 0,00 | 1.378,00 | 0 |
| 8 | 1.295,00 | 4.286,00 | 30 |
| 9 | 350,00 | 575,00 | 61 |
| 10 | 500,00 | 1.698,00 | 29 |
| 11 | 1.400,00 | 3.060,00 | 46 |
| 12 | 2.260,00 | 3.779,00 | 60 |
| 13 | 891,00 | 2.007,00 | 44 |
| 14 | 600,00 | 3.347,00 | 18 |
| 15 | 1.000,00 | 1.180,00 | 85 |
| 16 | 1.050,00 | 1.930,00 | 54 |
| 17 | 2.800,00 | 3.220,00 | 87 |
| --- | RMMA*= 996,71 | RMMF*=2.196,53 | --- |

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Nota: Na determinação da renda das extrativistas associadas foi contabilizada a renda obtida com o trabalho na associação, na pesca, na produção agrícola e de outros serviços realizados (não agrícolas). Há três entrevistadas recém-associadas que não declarou renda, apenas recebe bolsa família, que foi contabilizado na renda total da família. Na renda total da família foi contabilizada a renda adquirida por todos os membros da unidade familiar, benefícios sociais (bolsa família e seguro-defeso) e a renda própria das mulheres extrativistas associadas.

*Renda média mensal das associadas (RMMA)

*Renda média mensal da família (RMMF)

Na Associação as extrativistas que possuem melhor nível de renda combinam o trabalho de beneficiamento de pimenta rosa e demais alimentos agroindustrializados com a atividade pesqueira e com a comercialização do excedente de sua produção agrícola ou possuem outras fontes de renda no centro urbano (trabalhando informalmente como diaristas, cozinheiras e etc.) para complementação de sua renda. E as que possuem menor nível de renda entre o grupo pesquisado, são aquelas que não realizam nenhum outro tipo de atividade remunerada, tem apenas o programa bolsa família como uma fonte de renda fixa

familiar e realizam o extrativismo durante as safras (no caso da pimenta rosa dura 6 meses e os demais produtos tem períodos incertos ao longo do ano).

As múltiplas ocupações dentro da “Associação Aroeira” e também fora dela, com a complementação da renda com outras atividades (no setor pesqueiro ou como diaristas, cozinheiras, e etc.), diante das problemáticas locais em que as mulheres extrativistas se encontram, tem sido uma das alternativas para sua reprodução socioeconômica e de sua família.

Paradoxalmente, ao assumir estas múltiplas ocupações, na maioria delas informalmente, elas tem assumido mais responsabilidades e atribuições impondo-as a mais sobrecarga de trabalho. Todavia, é a renda gerada nessas condições que tem garantido sua subsistência e mesmo não representando um nível de renda totalmente satisfatório, tem contribuído essencialmente para a independência financeira e para sua afirmação doméstica e social, fatores estes importantes para os ganhos de autonomia das mulheres, como será mais bem analisado no tópico 4.5 deste trabalho.

4.4. ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO ASSOCIADO NA “ASSOCIAÇÃO AROEIRA”

As mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” já trabalhavam em pequenos grupos de proximidade ou familiares na coleta extrativista, de forma que compartilhavam elementos comuns (recursos naturais), mas desconheciam os princípios do associativismo. Sua organização na forma de associação formalizada somente surgiu pelo apoio de uma ONG - Instituto Ecoengenh, que foi efetivada por um pequeno grupo motivado pela busca de melhoria de suas condições sociais e econômicas, a partir das estratégias conduzidas pelo “Projeto Aroeira” para gestão da cadeia produtiva de pimenta rosa, descritas no **quadro 1** desse trabalho.

Quanto ao seu processo organizacional, constata-se que as principais motivações para organização das mulheres foram em razão de fatores econômicas e produtivos, como a possibilidade de geração de emprego, renda e acesso a capacitação técnica, pois, a Associação é vista pelas extrativistas com uma forma de potencializar as atividades que vinham realizando (o extrativismo da pimenta rosa) e para criação de outras oportunidades produtivas.

Nos processos organizativos em geral, a literatura aponta para importância de alguns elementos fundamentais aos empreendimentos autogestionários para

maiores chances de sucesso e para maiores níveis de cooperativismo e ganhos de autonomia do grupo, dentre eles, destaca-se a capacidade associativa, de autogestão e a participação concreta na tomada de decisão dos membros organizados de forma horizontal (democrática) e não verticalizada (hierarquizada).

Essas questões são fundamentais para o sucesso das estruturas associativas e promovem efeitos positivos no desenvolvimento dos indivíduos e de suas organizações quando presentes. Desta forma, foi verificado se há no caso em estudo a presença dos elementos e características comuns à organização social, como: a) capacidade associativa e de autogestão e b) Cooperação e formação de capital social.

4.4.1. Capacidade associativa e de autogestão das mulheres extrativistas

Conforme as entrevistas, observações diretas e conversas informais com a diretoria, verifica-se que a capacidade associativa e de autogestão são elementos insuficientes no processo organizativo das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira”. Este fator é limitante a participação efetiva e democrática dos membros na Associação, posto que, a autogestão é a forma pela qual os Empreendimentos Econômicos Solidários- EES (as associações ou cooperativas) são administrados e um dos principais elementos necessários à autogestão é por sua vez, a participação democrática dos membros no processo gerencial e isso não foi visualizado na maioria dos casos.

Na região estudada há uma baixa capacidade associativa, onde a comunidade extrativista não possui histórico associativo e até a execução do “Projeto Aroeira” desconheciam os princípios do associativismo. Das 500 extrativistas cadastradas somente 48 membros (menos de 10% delas) de fato se integraram ao grupo organizado pela “Associação Aroeira” e poucas permaneceram vinculados à associação. Atualmente, há somente 30 membros atuantes e, deste total, pouco mais da metade está de fato integrada ao beneficiamento da pimenta rosa, atividade pela qual foram capacitadas a desempenhar.

A autogestão da Associação é feita pela Gestão por Representação, que se baseia na delegação de poder pelas sócias a um grupo de membros representantes (formado pela presidenta, o tesoureiro e vice-tesoureira e o Conselho Fiscal). Verifica-se, todavia que, esta autogestão é permeada por conflitos entre associadas

e diretoria, tais como: baixa participação efetiva das associadas na administração da Associação, insuficiente transparência da diretoria da parte financeira e comercial e a tendência de tomada de decisão de forma mais hierarquizada da presidenta em relação às demais sócias, embora seja relatado haver reuniões e assembleias quando necessário para tomada de decisões. Porém, mesmo havendo esse espaço, as associadas não se sentem totalmente ouvidas quando se pronunciam.

O Conselho Fiscal é um órgão consultivo importante na estrutura organizacional de um empreendimento autogestionário, formado por cinco extrativistas associadas, que necessariamente deveria ter informações transparentes quanto à gestão da Associação, aponta, no entanto, dispor de pouco conhecimento sobre a parte financeira e comercial do empreendimento como revela a fala de uma das conselheiras:

Nas prestações de conta mesmo, tenho que estar por dentro. Se alguém me perguntar eu não sei de nada, o que quer que tenha e o que entra no decorrer do ano eu não sei. Aí eu não tenho o direito de fazer uma cobrança? Acho que eu tenho. Quem me perguntar sobre isso, eu não sei, sou zerada. Umas (decisões) eu participo outras não participo, fico sabendo. Vejo assim, que era pra gente ter mais união, mais combinação. Eu não sei de muitas coisas porque sinto que fico de escanteio. Eu sou fiscal, faço parte, sou associada, das antigas que nunca pensei em desistir, mas dificuldade eu enfrento muita, muita mesmo, tanto em venda como na combinação. Às vezes a gente sai do sério, tanto a gente como ela (presidenta). Porque quando ela quer uma coisa é aquilo ou não é. Às vezes a gente não quer concordar, não dar certo para todo mundo, aí começa aquela confusão. (E12).

Esta situação aparece também nas falas das demais sócias que apresentam certo descontentamento com impossibilidade de envolverem-se ativamente nessas ações. Algumas falas são veladas, outras são diretas. Quando questionadas sobre sua participação nas decisões importantes da Associação, as mulheres revelam que há pouca participação efetiva e possui pouco conhecimento ou nenhum sobre os processos gerencias. Ainda que façam parte da diretoria ou façam parte das sócias-fundadoras apontam que existe uma hierarquia em relação à diretoria e demais membros, não participam em iguais condições e as decisões de fato são tomadas na maioria das vezes, exclusivamente pela diretoria, sendo apenas comunicadas.

Estes conflitos implicaram na desistência de grande parte do grupo de extrativistas sócias-fundadoras e continuam influenciando negativamente no comportamento e atitudes dos membros ainda associados quando se trata de desenvolvimento do cooperativismo e da confiança mútua.

A presidenta relata que de fato há pouca participação dos demais membros associados e esse é um dos principais problemas vivenciados pelo empreendimento. Para o assessor técnico, a baixa cultura associativa e os interesses imediatistas e individuais de uma parte do grupo são fatores que implicam negativamente nesse processo.

No entanto, estas explicações dadas pelos dirigentes, de certo modo lhes isenta de responsabilidades e culpabiliza os membros da associação, revelando assim, uma gestão em desequilíbrio, pois para Schmitz, Mota e Prado (2007) na organização associativa a autogestão equilibrada só é possível quando há participação ativa dos sócios, o que não foi verificado na “Associação Aroeira”.

De forma contraditória, mas ainda assim comum, os empreendimentos autogestionários quando não possuem uma gestão equilibrada e democrática tende a serem controlados pelas lideranças, aquelas que possuem maior nível de conhecimento e capacitação técnica sobre a atividade e seus mercados. Isto tem sido notado à medida que, prevalece uma liderança maior da Presidenta e do Assessor técnico da Associação, por possuírem mais condições e conhecimento sobre a gestão e o mercado em que está inserido o empreendimento.

Aliam-se também a isso, as dificuldades para sobrevivência da organização cooperativa no mercado, pois, elas possuem pouco conhecimento sobre a área de sua principal atividade. Isto porque a cadeia produtiva da pimenta rosa em nível local e regional ainda é muito incipiente e o grupo associado não possuem domínio sobre os mercados e canais de comercialização da pimenta rosa. E a pouca escolaridade do grupo também pode ter influenciado essa dinâmica de maior responsabilidade dirigida à presidenta na gestão da Associação, e certo distanciamento maior das demais mulheres associadas no processo autogestionário¹⁶.

Observam-se ainda duas questões que devem ser problematizadas. A primeira é que para algumas extrativistas, principalmente aquelas em piores condições financeiras, se associarem é uma estratégia pela qual elas podem trabalhar e gerar renda, numa perspectiva ainda de assalariamento. Isto é, a Associação é vista para algumas apenas no contexto de uma empresa, onde tem a

¹⁶ A grande maioria das associadas são semianalfabetas, sabendo somente assinar o nome. Entre as entrevistadas, por exemplo, 47% (8 associadas) possuem apenas o ensino fundamental incompleto, o que tende a dificultar uma aproximação maior das mulheres extrativistas no gestão do empreendimento.

oportunidade de trabalhar e ter assalariamento sem que a gestão de tal empreendimento seja uma preocupação aparente num primeiro momento, posto que, a baixa renda e a condição de vulnerabilidade das extrativistas lhes obrigam inicialmente a busca da subsistência.

A segunda questão é que a sobrecarga de trabalho das mulheres extrativista, tanto no âmbito doméstico como produtivo, tende a inviabilizar o seu maior envolvimento com a gestão da Associação. Numa Associação formada por mulheres, que naturalmente já possui uma carga de trabalho alta devido às várias atividades na esfera reprodutiva, elas ainda precisam lidar com uma atividade morosa e que exige muito tempo de trabalho, bem como, a exigência do ganho por produção sobrecarregam as mulheres, não lhes sobrando tempo para ter um comprometimento maior com a vida da organização.

E neste sentido, sem que haja mudanças mais significativas na divisão igualitária de tarefas, principalmente as do trabalho reprodutivo (o que não foi constatado nesse estudo) e as mulheres possuam uma maior autonomia no uso do seu tempo, a sua participação política e de gestão nos espaços organizativos tende a ocorrer parcialmente quando ainda é possível ou quando não, tornam-se inviabilizadas.

4.4.2. Cooperação e formação de capital social no extrativismo da aroeira

A cooperação é um valor humano, uma atitude e uma forma pela qual as pessoas exteriorizam sua confiança no outro e agem em conjunto, colaboram entre si para uma finalidade comum. Para Garrido e Sehnem (2006, p.77), é uma cultura, que deve “[...] ser desenvolvida, praticada, construída no dia-a-dia das pessoas, representando uma atitude básica diante da vida”. Ocorre então que, nas estruturas organizativas seu sucesso esteja baseado na capacidade que as pessoas tenham de cooperar e agir conjuntamente, criando uma organização funcional e capaz de uma participação democrática.

No caso em estudo, mesmo com fragilidade na gestão da Associação, com a pouca participação ativa dos membros e conflitos aparentes quando o quesito é a comercialização, como analisado anteriormente, a cooperação torna-se praticamente indissociável quando se tem um grupo que compartilha elementos comuns. Para Sabourin (2010), o fato de fazer em conjunto e o fato de depender de

uma mesma fonte limitada de recursos, criam um sentimento de grupo, onde cada indivíduo coopera entre si para manter a estrutura do qual se beneficiam¹⁷, neste sentido, a gestão coletiva das áreas extrativistas da aroeira e a dependência da comunidade local aos recursos naturais compartilhados criam um sentimento de coletividade e partilha que são práticas comuns ao grupo extrativista da “Associação Aroeira”.

Mutirões e ações coletivas constituem formas de ajuda mútua e de reciprocidade encontradas no caso em estudo, principalmente no extrativismo da aroeira, onde estas ações garantem boas práticas entre as extrativistas para manutenção das áreas de coleta (utilizando-se formas de manejo e de coleta ecologicamente sustentáveis). Durante as safras fazem mutirões e dividem os esforços no trabalho árduo de coleta e de beneficiamento da pimenta rosa (que exige muito esforço físico, assim como é um trabalho moroso e minucioso¹⁸).

A locação coletiva de transportes (carros ou barco) para acessar as áreas de coleta, bem como, a divisão dos seus custos é outra ação de ajuda mútua identificada.

Todas essas ações reforçam os valores de socialização, confiança mútua e reciprocidade no grupo, que de forma interdependente fazem a gestão dos recursos comuns e contribui para sua conservação, tal como para construção de relações cooperativas e ampliação do capital social do grupo. Foi constatado que 82% das associadas consideram que “Associação Aroeira” estimulou a colaboração e a capacidade dos membros para trabalhar em grupo. O **quadro 5** mostra a percepção das associadas entrevistadas sobre a cooperação, representado pelo trabalho em equipe.

¹⁷ Recorrendo a teoria da reciprocidade de Ostrom (1998), Sabourin (2010) descreve este tipo de cooperação como uma estrutura elementar de reciprocidade binária (o *face to face*) baseada no compartilhamento ou na partilha (o aprender juntos). Ou seja, trata-se de uma estrutura simétrica onde há interdependência entre o indivíduo e o grupo e entre cada um dos indivíduos e o grupo. O que rege esse tipo de reciprocidade e as ações coletivas é o conjunto de normas e valores partilhados entre o grupo para organizar suas atividades.

¹⁸ Durante as safras a coleta chega a ser realizada por cerca de 10 horas por dia e a densa vegetação nas áreas dificulta ainda mais o trabalho das extrativistas.

Quadro 5: Quadro matricial sobre Cooperação no grupo extrativista organizado pela Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Categoria: A união faz a força | |
|--|--|
| Definição: Cooperar parte de uma ação conjunta, do trabalho em equipe e da união de esforços. No grupo, as mulheres descrevem que houve estímulo ao trabalho em equipe, há uma percepção positiva sobre o trabalho cooperativo, onde a união é vista como importante para Associação e que trabalhar de forma unida favorece a conquista de resultados. Entretanto, a disposição para o trabalho em equipe entre as associadas ainda ser fortalecido. | |
| Tema | Exemplos de falas |
| Trabalho em equipe | <p>E3- Estimula a trabalhar em equipe, todo mundo junto para poder o negócio andar. Porque um grãozinho só não faz muita coisa, tem que ter bastante, então agente faz assim, todo mundo unido.</p> <p>E9- Quando a gente tá unido quer fazer para a melhoria de todas. Porque não adianta uma Associação que exista só dois ou três, uma Associação tem que ser de mais pessoas e para todos lucrarem.</p> <p>E3- Acho que trabalhar juntos, unidas é isso que faz tudo dar certo.</p> <p>E5- Trabalho feito com união faz as coisas se realizarem. Um ajuda o outro.</p> <p>E4- Porque a organização social ajuda todos aqui dentro. Todos sempre unidos.</p> <p>E2- Pois sem essa organização não ia nada para frente, se não tivesse a gente para colher não ia existir a Associação.</p> <p>E8- Porque a união faz a força.</p> <p>E1- É uma Associação e a união faz a força, porque a Associação é isso, eu acho.</p> <p>E11- Em pouco sim, mas é uma coisa que tem que melhorar muito.</p> <p>E13- Moro aqui há 20 anos, tinha pessoas que eu nem conhecia, e hoje fiz amizade, quando é no tempo da colheita elas pedem minha ajuda, no caso de lacrar, botar o rótulo. Eu vou lá faço as caixas delas, a gente vai pro mato, às vezes elas vão e eu não vou e elas mandam pra mim.</p> |

Fonte: Baseado em Bardin (2011) e Câmara (2013), confrontado com dados da pesquisa (2019).

A confiança mútua é, nesse caso, o principal elemento que explica a reciprocidade na visão de Ostron (1998), pois caracteriza-se por uma norma moral internalizada, ou ainda um princípio de troca social, baseado na vontade de cooperar, (OSTRO, 1998, *apud* SABOURIN, 2010).

Os ganhos coletivos, por sua vez, decorrem do sucesso organizativo e, sobretudo da cooperação, pois a cooperação voluntária é capaz de criar uma força produtiva superior àquela resultante dos esforços individuais, a qual Christoffoli (2015) caracteriza como força coletiva do trabalho. Esta força “[...] baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram” (*idem*, 2015, p.170).

Quando os indivíduos tem um objetivo comum eles juntam suas forças para realiza-lo e tornando os processos menos custosos, já que todos vão dividir os custos e oferecer suas habilidades e conhecimento adquiridos ao longo de suas vidas, resultado dos conhecimentos do aprender fazendo ou dos conhecimentos tradicionais existentes. É isto que ocorre na partilha das áreas extrativistas, na troca de experiências e os conhecimentos sobre as técnicas de coleta e de beneficiamento identificadas. Estas técnicas e normas foram criadas pela equipe técnica do “Projeto Aroeira” em parceria com a comunidade extrativista e baseia-se no tempo de maturação dos frutos, escolha das melhores áreas de coleta, como tirar, selecionar e beneficiar etc.

Ao analisar especificamente se as mulheres associadas sentem-se mais unidas para resolução de problemas ou na busca de algo comum ao grupo foi constatado que 13 associadas (76% do grupo entrevistado) concordam com isso. Reconhece a união como um princípio importante e necessário e, embora também constatare que os interesses individuais, de alguma maneira em determinadas situações, se sobressaem ao coletivo. Os relatos, por sua vez demonstram a presença dos princípios de cooperação, união e trabalho em equipe, principalmente em relação ao pequeno grupo que atua efetivamente na atividade extrativista e continua acreditando no projeto associativo.

Desta forma, embora a cultura local não tenha histórico associativo, no geral, as ações cooperativas e dessa natureza, como o trabalho em equipe e a ajuda mútua são fatores observados no caso em estudo. Além das ações coletivas de coleta e beneficiamento da pimenta rosa, verifica-se outras atividades da Associação que igualmente favorecem o desenvolvimento destas atitudes e comportamentos, como a oferta de cursos de capacitação e treinamentos e os intercâmbios entre os empreendimentos solidários para troca de experiências e aprendizagens.

Ocorre ainda que, quando o grupo extrativista se ajuda entre si, colabora para que o trabalho em grupo reduza os esforços individuais, que passam a ser repartidos entre os participantes, assim como, minimizam as dificuldades inerentes à produção e o acesso ao mercado. A Associação tem minimizado as barreiras inerentes ao acesso ao mercado, mesmo não conseguindo criar um mercado efetivo para a pimenta rosa e possuir ainda dificuldades na sua comercialização, hoje o grupo associado faz a coleta, beneficia e comercializa para o consumidor final, em um circuito curto de comercialização, agregando valor ao produto, o que não seria

possível na sua ausência, quando a comunidade extrativista era totalmente explorada pelos atravessadores (que pagavam somente R\$ 1,50 /Kg da pimenta rosa).

Os intermediários são prejudiciais na cadeia produtiva por exploram os produtores e absorvem a maior parte do valor gerado na cadeia, como vem ocorrendo com as extrativistas não associadas que comercializam a pimenta sem beneficiamento por valores muito abaixo do valor de mercado (R\$ 3,50 kg valor exercido atualmente). O domínio da cadeia produtiva por sua vez, possibilita angariar melhores retornos financeiros e eliminação de parte significativa destes atravessadores.

A formação da “Associação Aroeira” também contribuiu para maior conhecimento sobre atividade extrativista e sua importância na cadeia produtiva local da pimenta rosa, valorizando também o trabalho das mulheres extrativistas. Isso tem ocorrido devido à própria valorização econômica da atividade e de seus produtos com as estratégias adotadas pelo sistema produtivo desenvolvido na associação (beneficiamento da pimenta rosa, a comercialização coletiva e o acesso a mercados de alto valor agregado), principais fatores que elevaram a valorização econômica do produto extrativista e a geração de renda para o grupo associado.

Verificam-se também algumas conquistas do grupo associado oportunizadas pelo projeto associativo das extrativistas, tais como: o acesso de políticas públicas (PAA e PNAE) e aos novos projetos sociais e de geração de renda fomentados pelas instituições públicas de nível federal, estadual e municipal, no âmbito do fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e do agroextrativismo sustentável, como o “Projeto cozinhar com ecosustentabilidade”, “Projeto mulheres: mães que alimentam” e o “Projeto bosque berçário das águas”.

Nesse contexto, a “Associação Aroeira” deixa de ser somente beneficiária de projetos sociais e passa também a promovê-los, replicando os ensinamentos e estratégias internalizadas pela Associação e seus membros. Estes projetos também estão sendo realizados a partir de parcerias locais e outros empreendimentos econômicos solidários, como o projeto “Mulheres mães que alimentam”, criado em parceria com a prefeitura municipal, Cooperativa dos Agricultores Familiares e dos Empreendimentos Solidários (COOPAIBA), a Cooperativa de pesca e Colônia de pescadores.

Essa maior articulação dos atores sociais locais como a comunidade civil organizada e os representantes públicos e privados podem juntos construir a base para as iniciativas e ações de dinamização local, que se tornam mais fáceis numa comunidade com elevado estoque de capital social (fomentado pela articulação entre as pessoas, aumento de confiança e cooperação e da participação cívica), cujos objetivos sejam produzir correções na desigualdade social e o desenvolvimento local. Segundo Putnam e Monjardim (2006), esse acúmulo de capital social que uma sociedade pode dispor é o principal responsável pela geração de um círculo virtuoso de uma dada região, pois conseguem se desenvolver melhor, aproveitando suas potencialidades e melhorando sua eficiência nos processos de desenvolvimento.

4.5. CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO FEMININO: ALÉM DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Diferentemente de outros contextos em que as organizações mistas são normalmente lideradas ou possuem cargos diretórios assumidos por pessoas do sexo masculino, o caso em estudo apresenta orientações diferentes. Mesmo com dificuldades para sua participação no processo autogestionário, como discutido anteriormente, identifica-se que as mulheres conquistaram um espaço onde têm papel protagonista, com transformações importantes durante sua trajetória no trabalho associado.

Verifica-se assim, o ingresso das mulheres extrativistas no sistema produtivo formalizado pela Associação, com maiores condições técnicas, produtivas e de mercado. Como resultado disso, ainda que não seja comum a todas elas e tão pouco seja resultado espontâneo, constata-se melhorias socioeconômicas importantes para as associadas.

Em relação aos aspectos objetivos de vida material, observa-se a melhoria do nível financeiro das mulheres extrativistas associadas e de suas famílias e o aumento de poder de compra, possibilitando assim, reformar ou construir moradias melhores e ter acesso a bens de consumo de interesse pessoal ou familiar (eletrodomésticos; eletroeletrônicos; móveis; veículos, etc.), dos quais representam grande orgulho e satisfação pessoal, como relatam as entrevistadas E4 e E10.

As transformações foram muitas, a importância foi muita. Como eu estava dizendo, quando conheci a Rita (presidenta) eu não tinha onde morar, minha casa caiu, graças a Deus conheci ela e ela me deu oportunidade de trabalhar e com o dinheiro que eu ganho eu fui a luta e tenho minha casa, tenho minhas coisas do esforço e do trabalho daqui. Tudo após entrar na Associação, porque antes não tinha. Minha casa era de taipa, agora é de tijolo, tem sala, tem cozinha, dois quartos, tem banheiro e tem minhas coisas do suor que trabalhei aqui. É de onde tiro meu sustento e dos meus filhos todo mês e tenho meu conhecimento. Agora tou aqui fazendo o curso, é muito importante (E4).

A importância é que se eu acreditar posso mudar de vida através disso aqui. A gente (família) conseguiu ir fazendo algumas coisas, deu pra fazer uma parte da nossa cozinha, esse ano consegui fazer uma renda maior, então vou poder reformar a casa e comprar outras coisas, alguns móveis [...] (E10).

O trabalho associado apresentou-se nesse caso, como estratégia importante para as mulheres extrativistas na geração de renda e sua inserção profissional, à medida que, propiciou sua entrada no mercado de trabalho e capacitação técnica para atuar no beneficiamento da pimenta rosa. No **quadro 6**, as mulheres associadas destacam sobretudo, a importância da “Associação Aroeira” enquanto um espaço de trabalho cooperativo e autogerido, para sua inserção produtiva e também social, com o fortalecimento da identidade das mulheres extrativistas.

Quadro 6: Quadro matricial sobre a inserção profissional das mulheres extrativistas associadas, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Categoria: A gente é conhecida como mulher da aroeira | |
|---|--|
| Definição: A associação cria novas perspectivas de trabalho para as mulheres, onde elas se integram a coleta, beneficiamento e comercialização dos seus produtos. A coleta da aroeira passa a ser notada pelas mulheres como trabalho, uma forma de gerar renda. | |
| Tema | Exemplos de falas |
| O Trabalho na associação Aroeira | E4- As mulheres coletam a pimenta e vende seus produtos, vende para fora e adquire sua renda. E7- A associação deu a oportunidade para todas as mulheres. É uma oportunidade boa, porque agente gostou muito de aprender mais. E8- As pessoas daqui viviam muito no comodismo e foi uma visão diferente que ela (associação) deu pra gente, para batalhar mais. Antes eu vivia muito no comodismo, só na minha casa com minha filha e meu marido e agora não, tenho outra visão. E9- Não tem emprego para ninguém, e aqui com a associação tem a oportunidade de se conseguir. E10- Agora está sendo bem mais valorizado (trabalho). Acho que as |

| | |
|--|--|
| | <p>mulheres estão tendo uma chance bem grandiosa com o que está acontecendo aqui na Associação.</p> <p>E2- É isso que a gente quer. Que nosso trabalho seja reconhecido no mundo todo.</p> |
|--|--|

Fonte: Baseado em Bardin (2011) e Câmara (2013), confrontado com dados da pesquisa (2019).

O trabalho também é instrumento pelo qual as pessoas constituem sua identidade enquanto sujeitos na sociedade e desta forma, no caso das mulheres estudadas, o trabalho associado favoreceu a construção de sua identidade enquanto extrativistas e elas passam a se reconhecerem como mulheres da aroeira (em referência a atividade que desempenha e instituição que lhes representa - Associação Aroeira): “A gente é conhecida como mulher da aroeira, as meninas da aroeira, assim a gente é conhecida (E1)”.

Esta identidade construída perpassa o grupo, as tornam socialmente mais reconhecidas pela comunidade em função de seu trabalho e, portanto, como também conjectura o trabalho de Castro (2014, p.14) esta maior “[...] valorização e reconhecimento do trabalho das mulheres, possibilitados pelo trabalho associado, parecem ser capazes de devolver a elas a condição de sujeitos na sociedade”.

Nessa perspectiva, a Associação tem permitido um espaço de representatividade para as mulheres, não só do trabalho em si, mas de sua atuação fora de casa. Tem ampliado sua experiência social, ultrapassando os limites do espaço privado (lar) e participando do espaço público e do sistema produtivo. Para Brandão (2016), este é um valioso avanço, uma vez que as mulheres rurais, em determinados contextos menos favoráveis, só ocupavam estes espaços (produtivos, social, econômico e políticos) na maioria das vezes, de maneira passiva, ou secundária ao papel do homem.

Ocorre ainda que, a participação em reuniões e cursos, intercâmbios, eventos e o contato com técnicos e agentes institucionais e demais atores envolvidos diretamente ou indiretamente com a Associação, lhes confere novos aprendizados para atuar nos espaços públicos, para se relacionar socialmente e lidar com pessoas e processos. Isso tudo também lhe atribui valor simbólico na família e na comunidade e igualmente tem influenciado positivamente no desenvolvimento de suas capacidades, necessários a formação de capital humano e também nos valores mais subjetivos envolvidos a vida humana, como a criação de laços de amizade, interações sociais e os ganhos de autoestima.

Hoje na associação, acho meu trabalho valorizado, até pelo o que eu ganho e pelo o que eu faço também. As pessoas chegam lá, vão comprar nosso produto e dar aquele ânimo pra gente. E é diferente de estar trabalhando em outro setor, que eu já trabalhei e não me sentia bem. Aqui (Associação) a gente conhece outras pessoas, outras associações, outras mulheres. O bom é que a gente chega nos eventos e nas feiras, a gente só encontra mulheres, é incrível, uma faz o doce, outra o bordado. Aí quando a gente chega com a pimenta é um destaque, uma venda. As pessoas querem conhecer, querem vir visitar (E13).

Tinha mulheres que não sabiam fazer nada e hoje já tão fazendo um pão, eu nem sabia que fazia pão de genipapo, eu nem sabia! Então isso já é uma novidade para gente. Não sabia que dava para fazer geleia de palma do sertão e agora está sabendo. É cada novidade que aqui tem. No nosso ponto de vista, é aprender e fazer para vender os turistas, ir para Maceió para apresentar nas feiras, ou aqui na cidade para apresentar nossos produtos e nosso trabalho (E2).

Em sua fala, entrevistada (E8) diz *“antes eu vivia muito no comodismo, só na minha casa com minha filha e meu marido e agora não, tenho outra visão”*, corroborando com a ideia de que a Associação lhe proporcionou criar outras perspectivas para condução e planejamento de sua vida. Examina-se, portanto, há mudanças de caráter prático na forma como as mulheres passam a enxergar sua situação social e quando tomam consciência disto, buscam mudar essa realidade. Isto ocorre porque a “[...] inserção das mulheres rurais em outros espaços significa a participação delas na esfera pública, que o processo de participação qualifica sua ação política e ressignifica o seu papel enquanto sujeito no espaço público e privado” (BRUNO *et al*, 2011, p.68).

Isso não significa que estas conquistas são automáticas e iguais para todas as mulheres aqui estudadas, pois embora haja um processo de mudanças, não convém idealizar esse potencial transformador. E assim como enfatiza Castro (2014) não se tem a intenção de minimizar as dificuldades enfrentadas ou ainda pintar um cenário fantasioso do trabalho associado, mas a análise destas experiências mostra que ao se organizarem coletivamente as mulheres se inserem no sistema produtivo e isso muda a forma como elas estão inseridas no mundo.

A renda adquirida pelas mulheres associadas, por exemplo, não é satisfatória. Elas combinam várias atividades para subsistência da família e o nível de renda é considerado baixo, com renda média abaixo de um salário mínimo (R\$996,71)¹⁹. Há aquelas ainda que recebam menos que meio salário mínimo mensal, todavia, ter renda é fundamental para a afirmação doméstica e social das mulheres, ainda que

¹⁹ Valor de referencia em 2019 (data de realização das entrevistas).

não seja automático. No caso em estudo, as mulheres associadas têm participado na maioria dos casos com aproximadamente 40%, 60% e até 80% da renda familiar total (ver na tabela 8), logo, possui uma participação na renda familiar na maioria das vezes maior que seus companheiros.

Constata-se ainda que, a condição de ter alguma renda diferente do parceiro é vista como uma forma de ser mais independente. Desde coisas simples, como poder comprar um perfume, um batom, ajeitar o cabelo, “*alguma coisinha*”, como assim relatam, sem pedir dinheiro ao marido são conquistas significativas. Isso também acontece quando a renda própria torna-se uma garantia e proporciona segurança financeira para fazerem investimentos maiores, planejar sua vida, como reformar ou construir uma casa, investir em uma propriedade rural ou em um pequeno comércio, como foi identificado.

Isso aqui (mercearia) foi através da associação, hoje não dar para sobreviver somente daqui, mas ajuda. E muitas coisas que eu pude comprar, porque sabia que todo mês tinha o dinheiro para poder pagar certinho. Eu fui lá na loja comprar, porque sabia que iria ter o dinheiro para pagar e [...] quando eu ganhei um bom dinheiro eu pensei assim: o que vou fazer com esse dinheiro? Preciso fazer alguma coisa, ficar lá no banco parado também não dá certo. Então pensei em montar meu próprio negócio, uma coisa que pudesse ver meu dinheiro investido e rendendo [...] (E13).

Obter renda própria também se apresenta como um aprendizado financeiro, aprender lidar com o dinheiro e fazer investimentos, sendo assim, um ativo importante para as mulheres e a aquisição de direitos de propriedade também é relevante para o planejamento de vida a médio e longo prazo, pois “[...] ter algum bem no seu nome de alguma maneira incide sobre a segurança das mulheres caso ocorra algum contratempo” (RAMOS, 2016, p.120), bem como, “o direito de tomar decisões sobre sua vida depende de uma certa retaguarda financeira” (PAULILO, 2004, p.195), como também observa-se nos relatos da entrevista E2:

Ele (marido) diz que quando a mulher tem dinheiro, a mulher fica muito exibida, a mulher fica com asas, a mulher fica muito titular e quer ser dona de tudo. Diz que vai fazer um negócio e não quer nem saber, nem conversa com marido. Eu digo: justamente. Às vezes faço um negócio e nem falo com ele, porque tenho o meu.

Quadro 7: Quadro matricial sobre a independência financeira das mulheres extrativistas associadas, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

| Categoria: Tenho meu dinheiro, vou lá e compro | |
|--|--|
| Definição: A remuneração adquirida com o trabalho associado é para algumas a primeira renda própria que obtiveram. Representa independência financeira ao possibilitar a segurança e garantia de ingresso financeiro para comprar e investir em algo do seu interesse, sem que precise pedir ou dar explicações em que será gasto o dinheiro. | |
| Tema | Exemplos de falas |
| Renda Própria | <p>E4-. Meu primeiro dinheiro que tirei foi daqui da associação aroeira.</p> <p>E5- Quando temos o dinheiro da gente, podemos ter dinheiro para comprar. Estou satisfeita com isso.</p> <p>E9- A gente pode comprar alguma coisinha sem tá pedindo ao marido. É muito chato toda vez ta pedindo ao marido.</p> <p>E11- Eu sempre busquei ter minha autonomia, mesmo quando era casada (primeiro casamento), sempre que batalhava era eu. Só que assim, tudo que eu pegava era pra dentro de casa eu não pensava em mim, eu não pensava em comprar um perfume, um batom, em me presentear. Mas hoje não, hoje tanto é pra coisas de casa, mas tem a parte que é pra mim, pra eu ajeitar o cabelo, a unha.</p> <p>E13- Comprar o que quero sem pedir para o marido. Olha quero isso, tenho meu dinheiro vou lá e compro. Quando ele vê já tenho comprado. Comprei com o meu dinheiro. É bom isso ne, tem coisa melhor?</p> |

Fonte: Baseado em Bardin (2011) e Câmara (2013), confrontado com dados da pesquisa (2019).

A independência financeira, por sua vez é um dos elementos fundamentais à conquista de autonomia e afirmação das mulheres, mas essa independência deve ser acompanhada de condições e capacidades para agir livremente sobre suas escolhas, tomar decisões e planejar sua vida por conta própria. Verifica-se, portanto, que a independência financeira ainda que seja fundamental não é condição única para autonomia das mulheres, isso tem haver com afirmação das mulheres em todos os sentidos da vida e a possibilidade de fazer escolhas e tomar decisões conforme suas próprias orientações.

As histórias de vida de algumas das mulheres associadas apoiam esse entendimento. Um caso específico da associada presidente chama atenção. Ela relata que as melhorias em sua vida devem a seu maior engajamento social, ao seu histórico no trabalho sindicalizado e posteriormente com a “Associação Aroeira”. Isto

é, ainda que a independência financeira tenha sido fundamental, seu processo de afirmação e ganhos de autonomia foram condicionadas também pelos novos papéis assumidos tanto no Sindicato como na Associação, dos quais possibilitaram maior capacitação técnica, participação em espaços de representatividade - feiras, eventos e programas de televisão, a ampliação de sua rede de contatos e de reconhecimento social.

Este processo também foi importante para sua maior relevância e afirmação no núcleo familiar. A extrativista associada e presidenta da Associação de 32 anos - a única do grupo que está cursando nível de ensino superior, conta que foi nesse processo organizativo que criou condições melhores para sair de um relacionamento conflituoso, em que seu companheiro não dividia os mesmos interesses e tinha todos seus objetivos desencorajados e as conquistas desmerecidas por ele:

Eu me separei. E isso aí, o crédito é da Associação. Quando me separei foi com 14 anos de casamento, só que dois anos antes começou o processo de organização da Associação, as capacitações e aí também do sindicato houve demandas para eu viajar, participar de feiras e outras coisas. Quando você sai começa a ver o mundo, ver as coisas, [...] e como eu me destaquei para conversar, falar com as pessoas e participar das feiras, quando voltava para casa tinha aquele problema. Ele (ex-marido) só aceitou o divórcio mediante o acordo para ficar com a casa e tudo o que tinha, grande parte que eu conquistei, pois sempre foi eu que sustentei a família. Ele ficou com tudo. Hoje tenho minha casa lá no sítio, tenho outra casinha onde meu filho mora e estou bem.

Verificam-se também outras histórias de vida entre o grupo pesquisado das quais as mulheres passaram por processos e experiências positivas com a atuação na Associação, com os novos aprendizados e o próprio compartilhamento de vivências entre as mulheres, que refletiram também em discussões e entendimentos de certas relações de gênero. Posto que, a socialização proporcionada no contato do dia a dia cria um espaço onde as mulheres se sentem mais seguras para compartilhar relatos inerentes sua vida pessoal ou identificar relacionamento e atitudes de violência de gênero, das quais vivenciavam internamente e quebrar o círculo de silêncio.

Conforme a presidenta, a Associação não possui ações quanto à discussão de gênero, mas isso acaba ocorrendo entre as associadas, onde buscam fortalecer umas as outras e dar apoio. “A gente na Associação sempre conversa, a gente fala: olha é você que tá fazendo isso aqui, não é ele que vem fazer no seu lugar, é você que está fazendo, se está aqui sozinha trabalhando e consegue fazer seu dinheiro, por que você vai se submeter?” conta.

Foi constatado que, houve casos mais graves de dependência e de violência de gênero simbólica e física com mulheres associadas dentro do âmbito familiar e, parte delas sentiu-se apoiadas e seguras para compartilhar com as demais, tornar público. Algumas delas desistiram de suas atividades por interferência de seus companheiros, enquanto outras permaneceram na “Associação Aroeira” e, posteriormente, também saíram destes relacionamentos. Neste caso, averigua-se que estas mudanças ocorreram principalmente, pela garantia de certa retaguarda financeira das mulheres e maiores níveis de autonomia.

Posto isto, entende-se, que estas questões aqui discutidas e fomentadas pela organização produtiva das mulheres (geração de auto-emprego, a independência financeira, a ampliação do poder de decisão, de direitos de propriedade, bem como as medidas educacionais ou a ampliação de suas capacidades individuais e coletivas) fornecem, em grande medida, elementos práticos e simbólicos que exercem influência em muitas questões relacionadas às estruturas de dominação de gênero, questões relacionadas à divisão intrafamiliar do trabalho reprodutivo e permitem as mulheres perceber e questionar as desigualdades de gênero, conforme discutidos por Barbosa e Lopes (2015), Scheffler (2013) e Bruno et al (2013).

E isso significa dizer apenas que, analisando o contexto de vida real das extrativistas e as particularidades do território em que estão inseridas e os fortes impasses ainda existentes, não se pode deixar de reconhecer que há uma dinâmica concreta onde estas mulheres têm desenvolvido estratégias para sua reprodução socioeconômica que têm contribuído para sua autonomia e maior afirmação social enquanto mulheres, assim como, também têm conquistado maior relevância no grupo associado do qual fazem parte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, a partir do estudo de caso, identificamos e caracterizamos as ações organizativas e as estratégias de reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira”, analisando a importância do trabalho associado para a melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres rurais extrativistas que compõe esse estudo.

Para tanto, analisamos como ocorreu a organização social e a inserção profissional das mulheres extrativistas associadas; caracterizamos socioeconomicamente as mulheres extrativistas da aroeira; descrevemos o sistema de beneficiamento e os canais de comercialização adotados na cadeia produtiva da pimenta rosa e dos demais produtos agroindustrializados na “Associação Aroeira”; bem como, investigamos as práticas extrativistas e os processos produtivos adotados que contribuem para o extrativismo sustentável e a conservação da biodiversidade local.

Nesse processo, se atentamos também ao contexto econômico e socioambiental no qual as sujeitas pesquisadas se encontram – o município de Piaçabuçu, que integra em Alagoas o Territorial do Baixo São Francisco (BSF) e que abriga duas unidades de conservação da Mata Atlântica. No contexto ambiental, verifica-se um alto nível capital natural, onde o extrativismo de frutas, sementes e raízes, por exemplo, tendem ocorrer naturalmente, dado o estoque de recursos naturais e da biodiversidade ainda presentes na localidade. Quanto aos indicadores sociais e econômicos, estes se apresentam em níveis desfavoráveis, onde se constata também elevados índices de pobreza, limitando, portanto, as condições de desenvolvimento de sua população.

Nesse cenário, identifica-se a importância atribuída à atividade extrativista pelos membros do grupo estudado. O extrativismo da pimenta rosa, por exemplo, é uma atividade sazonal praticada principalmente pelas mulheres como forma de buscarem reverter sua situação social pela geração de trabalho e renda. Nos meses de safra, os recursos da venda garantem renda necessária para os gastos correntes da família (alimentação, água, luz, roupa e etc.) e também a oportunidade de poupar uma renda extra para a aquisição de bens duráveis ou investimentos maiores (reformas da residência, por exemplo).

Constata-se ainda que, localmente a preferência das mulheres extrativistas ainda é a venda em granel aos atravessadores, por garantirem a compra em altos volumes e pagamentos efetuados de imediato a coleta, principalmente no caso das extrativistas com maiores necessidades financeiras. Porém, para as extrativistas associadas, a “Associação Aroeira” e o sistema de beneficiamento da pimenta rosa passam a serem vistos com uma melhor oportunidade de valorizar seu trabalho e conquistar maiores retornos financeiros, uma vez que, o produto beneficiado e comercializado diretamente para o consumidor final ou com um número menor de intermediários possui maior valor agregado e um retorno monetário melhor.

Verifica-se, portanto, que a formalização do grupo extrativista a partir da “Associação Aroeira” e a capacitação das mulheres extrativistas para gestão do sistema de beneficiamento da pimenta rosa possibilitou a construção de um sistema produtivo autogerido, que se estrutura a partir de duas formas: i- no beneficiamento da pimenta rosa, e ii- na diversificação produtiva a partir do setor de agroindustrialização de alimentos. Esse sistema produtivo tem conduzido a maiores vantagens econômicas e produtivas para as extrativistas da pimenta rosa.

A inexistência de um mercado consolidado para a pimenta rosa, seu principal produto, diante das dificuldades de comercialização ainda enfrentadas pela Associação pode ter restringido melhorias mais significativas na renda das mulheres extrativistas associadas, no entanto, verifica-se que a obtenção de renda própria e a trajetória das mulheres com o trabalho associado têm conduzido a transformações importantes. Isto porque, o trabalho associado destaca-se para as mulheres pela criação de um espaço de protagonismo feminino na produção, com maiores condições produtivas e de capacitação técnica, a valorização do seu trabalho no extrativismo da aroeira e o acesso à renda própria, que possibilitou entre outras coisas, o aumento de seu poder de compra. Sobretudo, a renda própria foi essencial para a independência financeira e a conquista de autonomia das mulheres.

Identifica-se ainda que, os novos papéis assumidos pelas mulheres extrativistas na Associação tem ampliado sua experiência social, ultrapassando os limites do espaço privado (lar) e participando do espaço público e do sistema produtivo. Estes espaços lhes conferem novos aprendizados e capacidades, o desenvolvimento de novas relações sociais, ganhos de autoestima e também uma maior afirmação social dentro e fora grupo doméstico, traduzida na expressão “A

gente é conhecida como mulher da aroeira, as meninas da aroeira, assim a gente é conhecida (E1)”.

Isto é, há na prática do trabalho associado e no espaço da organização, a satisfação de outras necessidades inerentes às condições de vida das mulheres que são ampliadas e valorizadas na experiência associativa, como ocorreu com a maior valorização social da atividade extrativista, antes muito mais naturalizada como apenas mais uma função das mulheres na garantia de alimento, e que passou a ser mais reconhecida por ser remunerada, conquistando socialmente o “status de trabalho”.

O estudo também identifica transformações consideráveis quanto à sustentabilidade ambiental do extrativismo da aroeira. Foi verificado que as mulheres acumulam grande conhecimento quanto à atividade extrativista e contribuem diretamente para conservação da biodiversidade local (especialmente a avifauna). Tal fato decorre do uso das boas práticas de coleta, socialmente construídas junto com a comunidade extrativista e que hoje são mantidas e difundidas com os demais membros da comunidade extrativista, principalmente, pelas associadas.

O compartilhamento dos recursos comuns (as áreas de coleta extrativistas), por exemplo, cria um sentimento de coletivo e do bem comum. E pela necessidade de gestão compartilhada dessas áreas, elas mantêm normas e valores baseados na conservação ambiental das áreas para não inviabilizar sua atividade no longo prazo. Além disso, é na coleta extrativista e nas atividades inerentes ao beneficiamento da pimenta rosa que se identifica o desenvolvimento da reciprocidade e cooperação entre o grupo associado, como as ações de ajuda mútua: os mutirões, o trabalho em grupo, compartilhamento de recursos produtivos e de transportes.

As novas atividades desenvolvidas na Associação voltadas ao beneficiamento e agroindustrialização de produtos locais também vem seguindo essa tendência. Este cenário, por sua vez, possibilita que as mulheres da “Associação Aroeira”, estejam imersas num ambiente que lhes gere uma situação de maior sustentabilidade, que é estruturante ao sistema socioprodutivo adotado, fazendo com que a atividade extrativista possa ser mais equilibrada ecologicamente e possam melhor valorizar o potencial local.

Nota-se, todavia, que ainda há fortes impasses no que concerne à participação das mulheres na autogestão da Associação. Constata-se que o grupo

vai bem e desenvolvem relações mais cooperativas, ratificando a teoria estudada na perspectiva da reciprocidade, do trabalho em grupo e das questões de ajuda mútua, durante o processo produtivo e na afirmação dos valores de conservação ambiental e o extrativismo consciente e sustentável da pimenta rosa, mas há fortes dificuldades na comercialização e gestão da Associação, que é permeada por conflitos e não há uma participação igualitária dos membros na sua gestão.

Todas estas fragilidades, em especial, as que limitam a capacidade de autogestão dificultam a participação efetiva e democrática das mulheres na Associação, bem como, a impossibilidade ou as dificuldades inerentes a essa participação efetiva diminui o grau de confiança entre as mulheres associadas, quando a confiança deveria ser fortalecida. E, portanto, a baixa capacidade associativa e de participação dos membros revela uma das principais limitações da organização e do processo cooperativo mais forte.

As observações feitas apontam para o fato de que, a sobrecarga de trabalho das mulheres extrativista, tanto no âmbito doméstico como produtivo, tende a inviabilizar o seu maior envolvimento com a gestão da Associação, uma vez que, devido às várias atividades na esfera reprodutiva, elas ainda precisam lidar com uma atividade produtiva morosa e que exige muito tempo de trabalho e a exigência do ganho por produção sobrecarregam as mulheres, não lhes sobrando tempo para ter um comprometimento maior com a vida da organização.

Quanto a este fato, outras questões também poderiam ser aqui problematizadas, como o baixo nível de instrução das mulheres extrativistas associadas e o baixo nível de conhecimento e domínio sobre os mercados e canais de comercialização da pimenta rosa, que ainda é muito incipiente em nível local e regional.

Porém, ainda que, a confiança na autogestão não apresente resultados significativos e assim dificulte a formação de atitudes cooperativas mais fortes entre o grupo, há uma percepção positiva sobre o trabalho associado desenvolvido, onde a união é vista como muito importante pelas extrativistas associadas. As interações sociais e o trabalho em grupo têm favorecido a conquista de resultados coletivos e o aumento de capital social no grupo.

Desde modo, concluímos, diante no transcorrer deste trabalho e das questões levantadas, que a hipótese norteadora da pesquisa foi confirmada. Ou seja, que o associativismo, enquanto forma de organização social e a prática do trabalho

associado são elementos chaves para a reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira”, possuindo potencial transformador para melhoria de suas condições de vida e trabalho. As problemáticas aqui levantadas confirmam também que não é um processo espontâneo, mas mostra-se que é um caminho possível diante dos resultados alcançados.

Por fim, consideramos que ainda há muito para se estudar e problematizar sobre tema que abarca o extrativismo e as experiências econômicas na comunidade extrativista da pimenta rosa em Piaçabuçu e que são fundadas no trabalho associado, e para isso deve-se se atentar para as relações de gênero e para o reconhecimento do papel das mulheres na atividade extrativista, na economia rural, bem como, a valiosa função que desempenha na conservação da biodiversidade local, ainda pouco reconhecida. Também, há algumas outras questões que poderão orientar um aprofundamento desta pesquisa que foram brevemente pontuadas nos resultados e que continuam sendo pontos a serem mais explorados e respondidos por outros estudos, como empoderamento individual e coletivo das mulheres no contexto do trabalho associado.

O reflexo pontual desta pesquisa é que outros grupos produtivos não só de extrativistas possam utilizar como referência as estratégias conduzidas pelo grupo em estudo aqui identificadas, buscando se fortalecer a partir da organização social e do espaço do trabalho associado, viabilizando suas atividades em um sistema autogerido voltado a valorização do potencial endógeno local e adequado à realidade ambiental, social e econômica em que estão inseridos.

Quanto à perspectiva da interdisciplinaridade utilizada nesta Dissertação, ainda que ela tenha imposto algumas dificuldades, devido à necessidade de um olhar mais aprofundado e que abrange várias áreas de conhecimento, concluo que, a abordagem interdisciplinar junto aos métodos qualitativos de investigação utilizados foi essencial para analisar o contexto social e entender as transformações socioeconômicas ocorridas com as mulheres rurais extrativistas da “Associação Aroeira” sendo, portanto, um caminho metodológico importante para as pesquisas sociais.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALAGOAS. Perfil Municipal. Maceió: **Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio**, v.4, n.4, 2018. Disponível em:

<<http://dados.al.gov.br/dataset/8e18c81b-bb60-49ce-9e22>

27324ec66a96/resource/dbdf6e5a-f694-4ca7-b05f-

2bbb74ecf5a6/download/piacabucucomp.pdf>. Acesso em 26 set.2019.

_____. Perfil Municipal. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**.

Piaçabuçu, AL, 2013. Disponível em:

<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pia%C3%A7abu%C3%A7u_al>. Acesso em

Acesso em 02 jan. 2018.

ALBUQUERQUE, C. F. DE. **Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana**. 228f, Tese (doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, Centro Humanidades. Campina Grande, 2016.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G.F D. da . Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n.2, p.61-69, Fev./Jul. 1992.

ANDRADE; F. J. R. de; WADI, Y. M. O empoderamento da mulher: um estudo empírico da feira do produtor de Toledo, Paraná. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de.; NASCIMENTO, C. A. do (org.). **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2015.

ARAÚJO, H. M.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C. **Análise comparativa das estratégias de *marketing mix* adotadas em três mercados de proximidade agroecológicos**. In: Anais do SOBER, 2018.

ARDOINO, J. El análisis multirreferencial, en Sciences de L'education, Sciences Mejeures. IN: **Actes de Journees d'etude tenues a l'occasion des 21 ans des sciences de l'education**. Issy-les-Moulineaux, EAP, colección de investigación em ciencias de la educación, p. 173-181. 1991.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan./abr. 2012.

BARBOSA, A. A. N.; LOPES, M. M. Mulheres na agricultura familiar do Semiárido Norte Mineiro: exclusão, inclusão e desenvolvimento rural no feminino. In: STADUTO J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (org.). **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

BARBOSA, V. O. Sou quebradeira eu sou! Quebrando coco eu vou!: movimento social, gênero e identidades. In: **II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, SC: UFSC, 2007, p. 681-696.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Florianópolis, SC, **Em Tese**, v. 2, n.1, janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORJA, R. M. et al, Sistemas alimentares locais: um caso de sucesso entre consumidores urbanos do Equador, **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**. v. 10 - n. 2, p. 26-31, jun. 2013.

BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres Empoderadas: uma experiência de gestão no sertão nordestino**. 166f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Centro de Ciências Agrárias, UFSCAR, Araras, SP, 2016.

BRASIL. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). **Organização Produtiva das Mulheres Rurais: o programa de visibilidade e promoção da mulher no campo**. Disponível em: <<https://agriculturafamiliarnaraiz.tumblr.com/post/181197859035/organiza%C3%A7%C3%A0-o-produtiva-das-mulheres-rurais-o>>. Acesso 28 dez.2019.

BRUNO, R. *et al*. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I (orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p.55-84.

_____.Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In NEVES, D.P; Medeiros, L. S. de (Orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

BURNHAM, T. F. Pesquisa Multirreferencial em Educação e Socialização do Conhecimento. In: Jornada de Investigación Educativa da Universidade Central da Venezuela, 11, 2007. **Anais...** Caracas, 2007.

BUTTO, A. *et al* (orgs). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CÂMARA, R. H . Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191

CARVALHO, C. D. d. **Análise qualitativa de um projeto com uma família de agricultores no assentamento rural fazenda Pirituba II**. 115f, Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento rural), São Carlos: Ufscar, 2008.

CARVALHO, P.R De. **Associação Aroeira, Piaçabuçu-Alagoas**: Um olhar a partir da Economia Solidária. 42f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2019.

CASTRO, M. P. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva**: a experiência da Rede Xique-Xique. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2014.

CASTRO, Edna. Prefácio. In: **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001, 270p. p. 15-21.

CASTRO, M. G.; ABROMOWAY, M. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, I. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 169-187, 2015.

CLEMENTE, E. C. **Desenvolvimento rural e organizações coletivas (associações e cooperativas rurais) da produção da agricultura familiar no sudoeste de Goiás, 2015?** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/09.pdf> > Acesso em 20 de nov. 2019.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

CORDEIRO, R. DE L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n.2, p.419-423, mai. a ago. 2007.

COTRIM, D. S. Organização social e associativismo rural. In: GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. (org.). **Organização social e movimentos sociais rurais**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p.55-63.

FRANÇA FILHO, G. C de. A Temática da Economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan. 2003, p.11-32.

FRANÇA FILHO, G. C de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise & Dados**. Salvador, v.3, nº1, p. 9-19, junho 2002.

GAIGER, L.I. (org). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

GARRIDO, L. R; SEHNEM, S. Gestão Associativa no empreendimento rural. **Revista de Administração**, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, v.5, n.8, p.65-88, jun. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S.. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

GOMES, L. J. et al. **Pensando a biodiversidade: aroeira (Schinus terebinthifolius Raddi).** São Cristóvão: UFS, 2013.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HESPANHOL, R. Ap. de M. As organizações de produtores rurais na França. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.155-174, jul./dez. 2007.

HORA, K; BUTTO, A. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, A. *et al* (Org.). **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania.** **Curadoria Enap**, 2014, p.14-45. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/243>>. Acesso em 10 de nov. 2019.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios Rurais.** Disponível em:<<http://mujeresrurales.iica.int>>. Acesso em 29 jun. 2019

INSTITUTO ECOENGENHO. **Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira.** Maceió: Ecoengenho, 2011.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (orgs.) . **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.

JALIL, L. Soberania alimentar, feminismo e ação política um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas. **Agriculturas**, v.6, n.4, dez. de 2009.

JOLY GOUVEIA, A. Notas a respeito das diferentes propostas metodológicas apresentadas. **Cadernos de Pesquisa**, São paulo, Fundação Carlos Chagas, n.49, p.67-70, mai. 1984.

LAZZAROTTO, J. J. Associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração, 31, 2002, Salvador. **Anais...** (On-line). Salvador: ANPAD, 2002. p.1-14. Disponível em:

< <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2000-org-1033.pdf>> Acesso em 20 jul. 2019.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 147f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2010.

LIMA, B. F. **Vida e trabalho**: um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, Estado do Pará. 132f. Dissertação (Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 18, n.3. set./dez., 2010.

LUCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 29 n.85, jun. 2014, p. 159-226.

LUNARDI, R. **Turismo rural: a contribuição da mulher**. 88f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

MACIEL, K. N. **Inserção produtiva das mulheres rurais**: dinâmica socioprodutiva das mulheres extrativistas da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas. 55f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MASCARENHAS, G. C.C. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil**: entre a solidariedade e o mercado, 2007.387f. Tese (doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MELO, A. P. G. de; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Notas sobre projetos de geração de renda e experiências econômicas coletivas em comunidades e assentamentos rurais de Minas Gerais. **Agriculturas**, v. 5, n.4, dez. 2008, p.13-17.

MENEZES, A. F. de; CALVACANTE, A. T.; CASADO AUTO; P. C. **A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004, 56p.

METELLO, D. G.. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias**: o caso da justa trama cadeia solidária do algodão agroecológico, 2007.157f. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.11, p.95-113, 2004.

MOMBELLI, E. S. **A geração de energia renovável através de uma inovação social pelo Projeto Aroeira**: O caso da pimenta rosa e pequenos extrativistas de Piaçabuçu/Al. 139f. Dissertação (Mestrado em administração) – Escola de Administração, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

MOTA, Dalva Maria da; et al. Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste e norte do Brasil. **Agricultura Familiar**. Belém: n5/8, p. 53-70, 2005/2008a.

MOTA, Dalva Maria da; et.al. O extrativismo de é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 2, p. 155-168, dez. 2008b.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert. Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Brasília: SOBER. Disponível em: < <http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-4.pdf>>. Acesso em: 8 de agosto de 2010.

NICHELE, F. S.; WAQUIL, P. D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das Convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n.12, dez. 2011, p. 2230-2235.

NOBRE, M.; HORA, K. **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe**: “Al tiempo de la vida y los hechos”. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), Santiago de Chile, 2017. Disponível em:< <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>>. Acesso em 04 de fev. 2019.

OLIVEIRA. A. J. **Capital social e tecnologia social**: um estudo de caso na Associação Aroeira em Alagoas. Salvador, 2016. 162f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 2016.

Organización de Las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). A cinco años de Beijing, evaluación de resultados. **Noticias**. Jun. 2000. Disponível em:<<http://www.fao.org/noticias/2000/000602-s.htm>>. Acesso em 14 Dez. 2019.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero: Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. **Perspectivas de gênero**: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PAULILO, M.I. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estud. Fem.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp.229-252.

PEREIRA, R. S. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: STADUTO J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (org.). **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

PUTNAM, R. D. (Leonardi, R; Nanetti, R. Y.). **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R. D. MONJARDIM, L. A. (trad.). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAMOS, F. S. **Entre a teoria e a prática agroecológica, Onde e como estão as mulheres rurais?** Um estudo na região da grande Florianópolis (SC). Dissertação (mestrado em Sociologia Política)–Centro de Filosofia e ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, 2016.

SABOURIN, E. **A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife: UFPE, 2007. v.1.

_____. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Rev. Econ. Ne**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.

_____. **Economia solidária no meio rural brasileiro**: uma análise a partir da noção de reciprocidade. In: Congresso latino-americano de sociologia rural, 7, 2006, Quito, Ecuador, 2006.

_____. Gestão territorial e economia social e solidária: uma análise pela reciprocidade. **Guaju**, Matinhos, v.1, n.1, p.3-26, jan./jun. 2015.

_____. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 12, 2005, Belo Horizonte, MG. **Anais...** (on-line). 2005. Disponível em:
< https://agritrop.cirad.fr/530225/1/document_530225.pdf>. Acesso 21 out.2019.

_____. Organização dos produtores e ação coletiva: sistematização e análise de estudos de caso no Nordeste brasileiro. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília, DF: Infoteca-e Embrapa, 1999, p. 103-128.

_____. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em Debate**, vol.1, n.2, 2010.

_____. Organização dos produtores e ação coletiva: Sistematização e análise de estudos de caso no Nordeste brasileiro. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, p. 103-128, 1999.

SABOURIN, E.; MILANI, L (trad.). **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.: il. (terra viva). (ano publicação original, 1958).

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento**: O caso da região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana, Bahia: UEFS Editora, 2010.

SARDENBERG, C. M. B. Da transversalidade à transversalização de Gênero: Aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, I. *et al.* (Orgs.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73, Coleção Bahianas, 12.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, vol.1, n.3, set./dez. 2013.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; PRADO, E. S. de A. C. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. In: Congresso Brasileiro de Sistemas De Produção, 7, 2007, Fortaleza. Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social: **Anais...** Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/60415/1/74.pdf>>. Acesso em 20 de out. 2019.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 410p.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: Conferência nacional de economia solidária, 1. 2006, Brasília. **Anais...** (on-line), Brasília, Jun.2006.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (orgs.) de **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013a.

_____. **Mulheres agricultoras**: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar, 2013b. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wpcontent/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf>. Acesso em 05 dez. 2018.

_____. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

_____. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª Impressão, edição Especial. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 112p.

SILVA, C. M. V.; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura Familiar, Gênero e Dinâmicas Sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **RESR**, Piracicaba, v.. 51, n.2, p. 387-400, Abr./Jun., 2013.

SILVA, D. R. da. **Redes de economia solidaria e comercio justo**: o caso da Cooperativa Agropecuária Familiar, Uauá e Curaça (CCPERCUC) no semiárido

baiano. 98f. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

SILVA; M. M. da. Fonte de água viva: soberania alimentar e ação das mulheres na Rede Xique-Xique. **Agriculturas**, v.6, n.4, dez. 2009.

SINGER, P. A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª Impressão, edição Especial. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 112p.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. *In: Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.281-301. 304p.

VASCONCELLOS, B. M. Mulheres rurais, trabalho associado e Agroecologia. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D. ; SANTOS, L.(Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.341-370.

WANDERLEY, M. de N.; FAVARETO B.; A. A singularidade do rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas Públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, v.21, 476, p.2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

YIN, R.K. **Estudo de caso: planeja/mento e método**. 4ed. Trad. Ana Thorell. São Paulo: Boohman, 2010.

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi, 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.